

PROJETO
 **BRASIL** 
POPULAR

CADERNO DE DEBATES

4



CADERNO DE DEBATES

4

SÃO PAULO, OUTUBRO/2019

ÍNDICE

5 APRESENTAÇÃO

9 GT DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

29 GT DE FINANCEIRIZAÇÃO

51 GT DE JUVENTUDE

61 GT RELAÇÕES INTERNACIONAIS, INTEGRAÇÃO REGIONAL E DEFESA

PROJETO BRASIL POPULAR



QUEM SOMOS?

Diante da profunda crise política, econômica e social que o Brasil atravessa no último período, compreendeu-se como de suma importância criar um espaço para reunir as diferentes forças de esquerda e suas bases sociais, estimuladas pelo desafio de formular um projeto de desenvolvimento nacional que auxilie também na organização da luta de massas.

É importante destacar, no entanto, não ser de hoje que homens e mulheres debatem um projeto de país. Entendemos que este é um debate permanente na vida dos povos e estratégico para os setores populares, o qual, diante do desmonte da nação, tornou-se urgente e dispõe de condições mais favoráveis a partir das necessidades concretas que atualmente se apresentam.

A esquerda brasileira já formulou importantes contribuições sobre esse tema. Porém, historicamente, o processo de produção dessas reflexões não esteve combinado com o processo de articulação com movimentos populares e sindicais, resultando em formulações teóricas que, embora consistentes, contaram com pouca capacidade de enraizamento social. Diante disso, nas últimas décadas nossas formulações e estratégias não avançaram para a construção de um projeto de nação ou de um programa amplo, que transcendesse as medidas imediatas, as plataformas ou os programas eleitorais. Por isso, embora se trate de um tema com o qual temos permanente preocupação, não temos conseguido produzir formulações e estratégias unitárias de médio e longo prazos e que nos possibilite mobilizar força social em torno de uma proposta viável de desenvolvimento para o país.

Nosso grupo entende ser fundamental que, em paralelo à formulação de propostas e análises, possamos reafirmar a necessidade de diálogo com as bases sociais e o compromisso e disponibilidade para o debate de ideias com o povo. Mobilizados por essa perspectiva, desde fevereiro de 2016 dedicamo-nos à tarefa de debater e formular o conteúdo programático de um projeto nacional, democrático e soberano para o país, e que represente uma oportunidade para a construção de uma nova hegemonia de forças construída a partir do diálogo junto ao povo brasileiro.

O QUE QUEREMOS?

Não estamos partindo do zero. Diversos setores têm refletido ao longo da história sobre propostas, estratégias e questões que apontam os problemas estruturais do

Brasil e indicado caminhos para a sua superação. O programa que estamos construindo deve expressar estes acúmulos e reflexões, além de buscar estimular o acúmulo de força social em torno desses esforços.

Fundamentalmente o que nos propomos a construir é um projeto para o Brasil que aponte para a superação de todas as formas de desigualdades, de exploração e de falta de liberdades. Portanto, um projeto que suscite rupturas com o passado escravocrata, colonial, patriarcal, ditatorial e antipopular e que responda a um presente de crise no qual essas dimensões estruturais da exploração e dominação e opressões são intensificadas.

Acreditamos que a melhoria das condições objetivas de vida do povo brasileiro depende do modelo de desenvolvimento econômico, político, cultural e ambiental implantado, pois ele indicará como serão distribuídas as riquezas e a renda gerada por toda a sociedade. E que as bases para a construção desse projeto popular para o Brasil estão alicerçadas na construção de um Estado. Por isso definimos os seguintes temas como nossos paradigmas que guiarão nossas reflexões:

Vida boa para todos/as: entender que a vida vale a pena ser vivida em todas as suas dimensões e que por isso devemos orientar as formas de produção dos bens, a reprodução social e os bens públicos para garantir a qualidade de vida de todos/as. Nessa perspectiva, é preciso pensar o ser humano em sua integralidade.

Bens comuns: prezar pela garantia e soberania dos bens compartilhados pelas comunidades: natureza, ar, água, cultura e os espaços públicos.

Igualdade e diversidade: devemos superar as condições de opressão, buscando engendrar novas relações sociais entre as pessoas.

Democracia, Participação e autonomia: devemos refletir sobre qual o sentido público do Estado, retirando-o da condição de simples garantidor de direitos, para estabelecer como prioridade prestar serviços de qualidade ao povo. Devemos refletir também sobre como será exercido o poder pelo povo e sobre como será autonomia desse Estado.

Soberania Nacional e Desenvolvimento: apontar um caminho para o desenvolvimento no qual a apropriação da riqueza seja justa e onde os compromissos sociais submetam a lógica da economia de mercado. Além de formular um projeto nacional que possibilite ao nosso país crescer com soberania.

Esses paradigmas são referências gerais para o trabalho do grupo, e também para as discussões temáticas devendo ser considerados mesmo para elaborações mais específicas. Em processo cíclico de construção, os Grupos de Trabalhos Temático devem ao mesmo tempo em que partem deles para construir propostas, enriquecê-los com novas formulações.

MÉTODO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO

Partimos de um contexto histórico que leva a necessidade de um debate de projeto de país devido sua gravidade. Entendemos que a burguesia não possui um projeto nacional e utilizou esse contexto de crise econômica para provocar uma instabilidade política e impor um projeto neoliberal. Diante disso, a esquerda deve se debruçar para a produzir um projeto popular para o país.

Portanto, precisamos recuperar a tradição civilizatória do pensamento humanista para construir um projeto de país e, com ele, uma alternativa de sociedade construída junto ao povo. Por esse motivo o método é tão importante quanto o resultado. Entendemos que o programa só cumprirá sua função se for uma produção coletiva que deve combinar conhecimento científico e militância social. Apenas dessa forma será ampliada nossa capacidade de mobilização: considerando o povo como protagonista das mudanças no país. Por isso, devemos constantemente checar nossa reflexão com a realidade e interpretar as contradições para a partir delas formularmos novas propostas.

O método com o qual nos propomos a trabalhar é coletivo, dialógico e dialético. Capaz de envolver diversos setores, conjugando especificidades e especialidades, temas, regiões, naturezas diversas dos sujeitos, dialogando com a visão do todo e com a visão dos lugares desses sujeitos.

O processo de construção será numa espiral crescente, partindo da produção de sínteses que serão retomadas para maior aprofundamento, possibilitando então novas sínteses. Temos desafios importantes: 1) produzir um projeto de nação; 2) transformar esse projeto em um instrumento do processo político pedagógico que estimule nosso povo a debater, criticar e formular novas questões; 3) formular sínteses coletivas a partir desse acúmulo e criar força social em torno dessas propostas. Neste sentido, esse é um processo contínuo no tempo e na sua intencionalidade, um processo permanente de disputa de hegemonia de um projeto de nação na sociedade brasileira.

Atualmente possuímos 31 grupos de trabalho temáticos (GTs) que possuem a tarefa prioritária de refletir sobre os temas estratégicos para a formulação de um projeto de país. Esses grupos de trabalho são constituídos por intelectuais comprometidos com o desenvolvimento do país; militantes dos movimentos populares que trazem o acúmulo de propostas de cada movimento; trabalhadores com experiência em gestão de políticas públicas e conhecimento em diversas áreas. Os GTs debatem e formulam propostas para que obtenhamos uma elaboração programática que possa posteriormente ser discutida pela sociedade, buscando com isso agregar força social e apontar para as bases de um projeto de país.

Além dos GTs, foram estabelecidos Eixos Temáticos. A discussão em eixos objetiva potencializar a transversalidade dos temas discutidos nos grupos e garantir que os documentos produzidos por eles tenham visibilidade e unidade programática.

Não devemos ter a pretensão de dar solução para tudo, muito menos em nome de todos e todas, mas buscaremos agir em torno de um esforço coletivo e intelectual, para formular um projeto que sirva como referência para as lutas sociais e para o pensamento crítico brasileiro.

Somar-se ao **Projeto Brasil Popular** é vislumbrar a esperança de construção coletiva das condições que irão possibilitar ao Brasil ser um país mais justo, soberano e democrático.

Eixos Temáticos

Direitos

Cultura
 Educação
 Esporte
 Cidades
 Religião, Valores e Comportamento
 Saúde Coletiva

Economia, Desenvolvimento e Distribuição de Renda

Agricultura Biodiversidade e Meio Ambiente
 Amazônia
 Demografia e Migrantes
 Desenvolvimento Regional
 Ciência, Tecnologia e Inovação
 Economia
 Energia e petróleo
 Financeirização
 Transportes e Logística
 Mineração
 Reforma tributária
 Seguridade Social e Previdência
 Semiárido
 Trabalho, Emprego e Renda

Estado, Democracia e Soberania Popular

Democratização da Justiça e Direitos Humanos
 Estado, Democracia, Participação Popular e Reforma Política
 Federalismo e Administração Pública
 Sistema de comunicação
 Relações Internacionais, Integração Regional e Defesa
 Segurança pública

Igualdade, Diversidade e Autonomia

Combate ao Racismo e Igualdade Racial
 Juventude
 LGBT
 Mulheres
 Povos Indígenas

PROJETO
 BRASIL 
POPULAR

GT DE
CIÊNCIA,
TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Aquilino Senra
Artur Obino
Eugenius Kaszkurewicz
Gisálio Cerqueira
Gizlene Nader
Helio Silva
João Cassino
Luiz Antônio Elias
Luiz Pinguelli Rosa
Luis Fernandes
Mário Novello
Mariano Laplane
Míriam Chaves
Odaír Gonçalves
Reinaldo Guimarães
Roberto Amaral
Silvio Spinella
Willian Nozaki

APRESENTAÇÃO

A presente reflexão atende aos desafios lançados pela Frente Brasil Popular de estimular o debate sobre a relevância estratégica da Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento com soberania nacional, não se caracterizando necessariamente numa revisão da literatura sobre o tema, mas num alerta sobre o desmonte do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação CT&I.

Comprometidos com o objetivo maior de construção de um projeto popular para o Brasil, que combine conhecimento científico e militância social, pretendemos agregar a temática de CT&I, como resultado de uma produção coletiva que exercite uma profunda reflexão do cenário atual e subsidie propostas concretas que envolvam diversos setores. Como desdobramento deste esforço, reforçamos a ideia de criação de um ‘Observatório de Políticas Públicas’, voltado para o debate, reflexão e acompanhamento das questões temáticas inerentes ao tema de CT&I. O processo de construção deste projeto nacional, será numa espiral crescente, partindo da produção de sínteses a serem disponibilizadas em rede à sociedade, possibilitando a mobilização e aprofundamento de questões relevantes.

Dentre os principais desafios deste processo, manteremos o foco nas seguintes ações: 1) produção de um diagnóstico e propostas para um projeto de nação soberana e igualitária; 2) transformação desse projeto em instrumento do processo político que estimule a sociedade a entender a importância de produzir ciência e inovar nas cadeias de produção internas; 3) formular sínteses coletivas para interagir com a sociedade através do ‘Observatório de políticas públicas’.

O presente estudo está dividido em três partes: i) na primeira, pretende-se fazer uma contextualização do cenário internacional: oportunidades e riscos a serem enfrentados pelo Brasil. A redução de nossa defasagem científica e tecnológica, frente a nova onda de tecnologias disruptivas, exige pensar a agenda como uma política de Estado. ii) a segunda parte apresenta, em linhas gerais, uma descrição do sistema de CT&I, atores envolvidos, principais políticas implementadas e os impactos da sua desarticulação e redução no ritmo de financiamento. O contexto de grave crise econômica e institucional está provocando uma instabilidade política, e impondo um projeto de restrição nos investimentos e de desmonte do sistema nacional de CT&I. Diante desse quadro que propostas devem emergir para o debate com os atores envolvidos e a sociedade? iii) Na terceira parte, procura-se identificar os desafios futuros e macropropostas que permitam conduzir o país no rumo da transformação de uma estrutura produtiva e tecnológica atrelada ao desenvolvimento social. A construção de políticas públicas, orientada por missões, como eixo de coesão com as políticas regionais.

INTRODUÇÃO

Ao redefinir as bases para um novo padrão de desenvolvimento para a economia brasileira, centrado numa agenda neoliberal tardia e um ajuste fiscal ortodoxo, o atual Governo impõe fortes restrições à capacidade de o Brasil responder aos desafios em curso no cenário internacional. Rompe com o histórico e persistente processo de retomada do crescimento e com a visão de que o fortalecimento do sistema de CT&I é um dos pilares para uma política de competitividade sistêmica.

O novo modelo, centrado na ótica de que “o mercado resolve”, representa uma mudança de paradigma, ao diminuir a importância do Estado na formulação de políticas públicas. Tal modelo desarticula o sistema, retrocede no objetivo de produzir ciência e fomentar inovações, assim como, reduz a possibilidade do país usufruir dos benefícios do progresso técnico para minorar nossos graves problemas de desigualdades sociais e conquista de mercados. Nessa perspectiva estamos vivendo uma das maiores provações de nossa história, com o descrédito sobre os resultados da ciência, o que está representado na redução drástica dos investimentos, perda de recursos orçamentários, inclusive no maior fundo de apoio à ciência e inovação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, FNDCT, com retrocessos no crédito e nas atividades de pesquisa.

Estudos internacionais têm apontado que a economia global, nas últimas décadas vem atravessando profundas transformações dos padrões de concorrência, de produção e consumo, fruto de persistentes processos interativos entre ciência e tecnologia. Tais avanços estão promovendo uma reestruturação territorial e organizacional da localização de geração do conhecimento e da produção mundial de manufatura. Para enfrentar tais desafios, faz-se fundamental e estratégico, desenvolver uma base econômica sólida, apoiada em um processo endógeno e dinâmico de geração de conhecimento e inovação.

BRASIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Nas últimas décadas os países desenvolvidos têm atuado no sentido de diversificar e ampliar sua estrutura produtiva, reduzindo custos de produção com aumento da produtividade. Criando novos mercados, intensificam a concorrência e aumentam as desigualdades no comércio internacional. A indústria de transformação, mesmo num cenário de redução do crescimento, avança puxada por ramos de maior intensidade tecnológica, de modo a fazer frente aos desafios das chamadas tecnologias 4.0. (2019, UNIDO Yearbook of Industrial Statistics).

Estes avanços ocorrem também em outros segmentos de grande complexidade, impulsionados pela demanda, p.ex., o envelhecimento da população tem forçado o desenvolvimento de novas moléculas e princípios ativos no campo da saúde, a melhoria da qualidade de vida com exigências por maior mobilidade nas grandes cidades; quanto pela oferta, p.ex., a busca de tecnologias complexas para a superação dos efeitos das mudanças climáticas, integrando gestão ambiental e a proteção de recursos naturais, orientados para reduzir a pegada de carbono, globalização das estruturas organizacionais e produtivas, dentre outras. (I2027,CNI)

Nesse cenário, o domínio da ciência, da tecnologia e da inovação são fundamentais para o desenvolvimento, crescimento econômico e geração de emprego e renda. O progresso técnico, ao impulsionar as cadeias de produção, ocasiona grandes desafios globais e cria uma agenda transformadora para as políticas de crescimento, resultando no fortalecimento da inserção soberana do país.

A crise que abalou as principais economias desenvolvidas, em 2008/09, com a forte volatilidade dos mercados financeiros e cambial, redução do crescimento, perda de renda e emprego, não restringiu por completo a capacidade de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), indutor importante na construção de alternativas e políticas para seu equacionamento e superação. O aprofundamento da desaceleração, à época, com desequilíbrios fiscais e perda de competitividade das economias dos EUA e da zona do Euro, frente às economias asiáticas, levaram à redefinição de estratégias e políticas de desenvolvimento.

A lenta recuperação do PIB das maiores economias mundiais, pós crise, forçaram a implementação de políticas ativas em educação e investimento em P & D, como forma de elevar a capacidade concorrencial, requalificando sua força de trabalho e acelerando a geração de novos conhecimentos, tanto em processos quanto em produtos, em setores críticos para a sociedade. Porém esse movimento ocorreu concomitante à utilização dos dispositivos inerentes à garantia dos direitos de propriedade intelectual, com a elevação do nível de patenteamento em setores de média e alta tecnologia, o que restringe, ainda mais, o processo de difusão do conhecimento para os países em desenvolvimento.

Na contramão da dinâmica internacional, o Brasil sofreu um duro revés com o impacto da crise política, desencadeada a partir da eleição de 2014, o pedido de impeachment em março de 2015 que avançou para o golpe de 2014, que acentuou a redução do crescimento da economia e aprofundou os vetores de desaceleração, que já vinham se manifestando, particularmente na esfera do investimento. Como veremos mais adiante, o crescimento inexpressivo, a **profunda depressão econômica no biênio 2015/2016**, encerrou um ciclo de expansão e aumento da mobilidade social, e gerou uma forte instabilidade política e institucional, com drásticas consequências para a área de CT&I.

VARIAÇÃO ANUAL DO PIB NAS DEZ MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO NO PÓS-CRISE

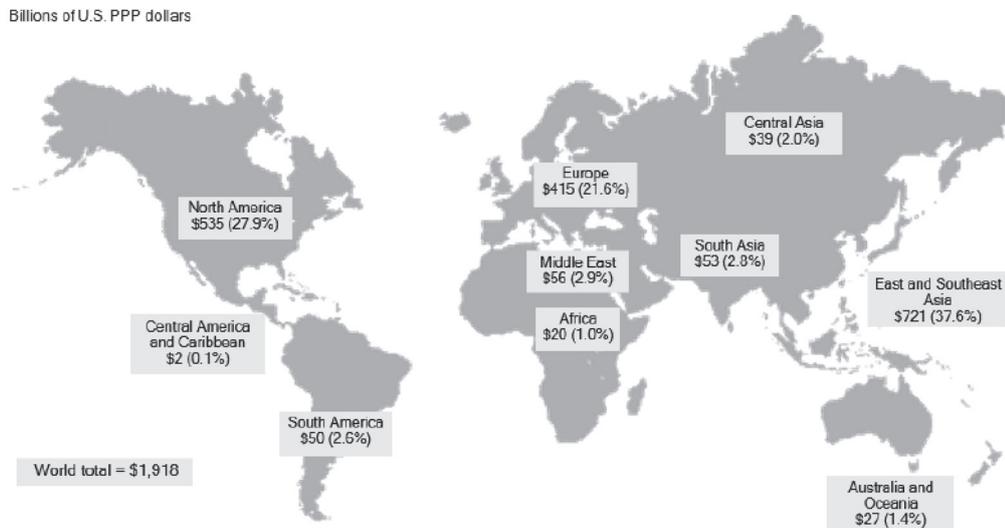
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média 2009/2016
Mundo	-0,1	5,4	4,2	3,5	3,3	3,4	3,1	3,1	3,2
Estados Unidos	-2,8	2,5	1,6	2,2	1,5	2,4	2,6	1,6	1,4
Japão	-5,5	4,7	-0,5	1,7	1,4	0,0	0,5	0,5	0,3
Alemanha	-5,6	3,9	3,7	0,6	0,4	1,6	1,5	1,7	1,0
França	-2,9	2,0	2,1	0,2	0,7	0,6	1,3	1,3	0,7
Itália	-5,5	1,7	0,6	-2,8	-1,7	-0,3	0,8	1,3	-0,7
Reino Unido	-4,2	1,5	2,0	1,2	2,2	3,1	2,2	1,8	1,2
Rússia	-7,8	4,5	4,3	3,5	1,3	0,7	-3,7	-0,8	0,3
Índia	8,5	10,3	6,6	5,6	6,6	7,2	7,6	7,6	7,5
China	9,2	10,6	9,5	7,7	7,7	7,3	6,9	6,6	8,2
Brasil	-0,2	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,8	-3,6	1,2

Fonte: (Gomes & Cruz, 2019)

A utilização dos avanços do conhecimento científico e tecnológico na produção e no incremento dos dispêndios em P&D como razão do PIB, tem levado a uma reestruturação territorial e organizacional da produção da manufatura em escala global. Esse processo ocorre em paralelo a uma concentração da produção em grandes empresas transnacionais, que atuam nas cadeias globais de valor.

Global R&D expenditures, by region: 2015

Billions of U.S. PPP dollars



PPP = purchasing power parity.

Historicamente concentrados nos EUA e Europa, a tendência de investimentos em P&D tem se deslocado e sido mais significativa nos países da Ásia, em especial a Coreia e a China, conforme as observações constantes do último relatório da National Science Foundation: Indicators and Engineering 2018 (NSF, 2018). Com base no relatório e no mapa acima, o dispêndio global em P&D se concentra em três regiões geográficas América do Norte, Europa e Sudeste/Sul da Ásia. O total global de gastos em P&D continua aumentando em um ritmo substancial. Segundo as estimativas da NSF a América do Norte foi responsável por cerca de 28% do dispêndio global, enquanto a Europa representou 22% no ano de 2015. A combinação das regiões do leste / sudeste e o sul da Ásia (incluindo China, Japão, Coreia do Sul, Índia e Taiwan) foi responsável por 40% (US \$ 773,5 bilhões). Os restantes 10% de P&D global estão nas regiões do Oriente Médio, América do Sul; com apenas 2% do dispêndio global, Ásia Central, Austrália, Oceania, África, América Central e Caribe (NSF, 2018).

Segundo o mesmo relatório, na razão PIB/P&D, a China tem exibido um vigoroso crescimento nos últimos anos, responsável por quase um terço do aumento global de gastos em P&D, no período 2000-15. A União Europeia atingiu nos últimos anos uma média de 3% de P&D / PIB, os EUA tiveram uma intensidade de P&D de 2,7%, tendo a Coreia do Sul e Israel, índices de 4,3% e 4,2%, respectivamente (NSF, 2018).

Esse cenário ocorreu no contexto de um mundo cada vez mais interconectado, movido pelos avanços do conhecimento científico, especialmente nas áreas de automação, informatização e microeletrônica. A nova divisão internacional do trabalho, resultante dessa dinâmica, deslocou os centros de produção, pela acelerada revolução dos meios de comunicação e logística.

Para enfrentar os desafios da nova onda tecnológica, as chamadas tecnologias 4.0, os países líderes em dispêndio em P&D implementaram robustas políticas: i) de capacitação e formação de recursos humanos; ii) de apoio às universidades como centros de pesquisa; iii) de apoio do Estado ao desenvolvimento do mercado doméstico em média e alta tecnologia, com orientação exportadora e metas preestabelecidas; iv) de reforço às cadeias globais de suprimentos e; v) de melhoria da infraestrutura e logística, com um ambiente favorável a maior colaboração em rede e facilitação de uma agenda de natureza interconectada. As instituições acadêmicas, passaram a exercer um papel importante como centros de excelência em pesquisas de alto impacto.

Como consequência, uma nova geografia, a partir do impulso de investimentos em P&D, está sendo redesenhada. A análise dos programas de inovação dos EUA, que inicia com o programa de digitalização de 2012 denominado Advanced Manufacturing Partnership (AMP) e posteriormente o programa National Network for Manufacturing Innovation (NNMI), dos países associados à OCDE, em especial

a Alemanha com o programa “New High Tech Strategy” e dos países asiáticos, em especial a China (Made in China 2025 (MIC2025) e o Japão (“The 5th Science and Technology Basic Plan”), lançado em dezembro de 2015, apontam para fatores em comum, essenciais para o dinamismo e para o sucesso de sua atividade inovativa, ou seja, o desafio de desenvolver tecnologias relacionadas à digitalização: Internet das Coisas, indústria 4.0, Inteligência Artificial, tecnologia de redes, etc... centrais para o futuro da indústria e da sociedade, que requer renovar o foco em pesquisa básica e aplicada, bem como, em infraestrutura laboratorial, de modo a sustentar a inovação e a criação de empregos.

A transformação da sociedade, com maior qualidade de vida vai exigir políticas públicas com sustentabilidade e investimentos robustos em pesquisa científica. A ênfase em inovação exigirá medidas macroeconômicas e políticas de proteção tarifária, com um marco regulatório adequado. A formação e qualificação de pesquisadores é inerente aos planos mencionados, a fim de desenvolver e operar as novas tecnologias, sendo que o instrumento das compras públicas permeia alguns destes planos. Um outro aspecto presente é a sinalização para o aprofundamento dos regulamentos relacionados a cibersegurança e propriedade industrial.

Nos programas de CT&I desses países é visível que o enfrentamento dos grandes desafios à inovação não pode ser deixado totalmente a cargo do mercado, exigindo ações articuladas que envolvam os principais atores do sistema, com investimentos de longo prazo e definições de estratégias. Esta é uma questão de Estado!

A concentração geográfica de P&D, reforça a importância da intensidade do conhecimento como motor da competição econômica entre as nações do mundo e retrata as assimetrias e o aprofundamento da brecha tecnológica. Os desafios para países como o Brasil, são enormes e se refletem na necessidade de adequação de ecossistemas de produção e inovação para fortalecer o vínculo entre o mundo industrial e da pesquisa. A oferta de trabalho e os novos requisitos de formação técnica e profissional exigem reconfigurar, urgentemente, as políticas públicas em curso no país. Fato não observado nas proposições do atual Governo, que rompe o histórico e persistente processo de desenvolvimento tecnológico e produtivo das últimas décadas, ao ignorar a importância da política industrial articulada com CT&I. Para defletir os riscos é preciso visualizar a direção das mudanças e formular políticas socioeconômicas que atendam a um crescimento inclusivo, sustentável e inteligente.

O desenvolvimento do Brasil e da América Latina e programas e ações que privilegiem a cooperação e integração regional são essenciais para superar o hiato tecnológico e as desigualdades hemisféricas. A política externa e de comércio exterior, empreendida pelo Brasil no período de 2003 a 2016, diversificou as parcerias econômicas e comerciais do país, aumentando extraordinariamente os superávits comerciais, passo fundamental para a superação da vulnerabilidade externa da

nossa economia, principal fator de fragilização frente ao cenário internacional. São exemplos dessa agenda estratégica o fortalecimento da base científica e tecnológica em questões relacionadas a: i) temas ambientais, climáticos, de segurança energética, assim como, os de saúde e de qualidade de vida; ii) ênfase na cooperação com as economias emergentes como China, Rússia e África do Sul, em áreas estratégicas, com destaque para biotecnologia, nanotecnologia, saúde, energia limpa, TICs e novos materiais, iii) a aproximação e o estabelecimento de parcerias com países em desenvolvimento, notadamente com os países latino-americanos e africanos; iv) a cooperação e reforço dos laços Sul-Sul, com importante papel na redução das assimetrias sociais e econômicas, dentre outros. Tais pontos reiteram o compromisso do Brasil com a cooperação solidária.

Contudo, a incorporação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação à pasta das Comunicações provocou um desmonte dessa agenda estruturante, com consequências para o desenvolvimento de nossas relações internacionais. CT&I têm um papel imprescindível no estabelecimento de parcerias e iniciativas de integração regional e cooperação, em temas centrais para o País como defesa, gestão do território da plataforma continental e dos recursos naturais.

CONTEXTO NACIONAL: POLÍTICAS E ATORES

O Brasil teve nos últimos anos inequívocos avanços nas políticas industriais, de ciência e tecnologia, de crédito e financiamento de longo prazo, que permitiram a rearticulação das cadeias produtivas fundamentais, além de mobilizar os recursos naturais de forma estratégica, com o objetivo de ampliar nosso mercado interno e dinamizar nossa inserção internacional. Porém, os ciclos de desenvolvimento foram curtos e bruscamente interrompidos por interesses privatistas e de mercado, fortalecendo a permanência de uma sociedade desigual, com fortes heterogeneidades estruturais dos mercados de trabalho e consumo. Assim, é imperativo que se estabeleça uma política pública capaz de promover uma transformação econômica e produtiva que equacione as contradições nacionais e que aponte para a radicalização da democracia e para o amplo direito à cidadania.

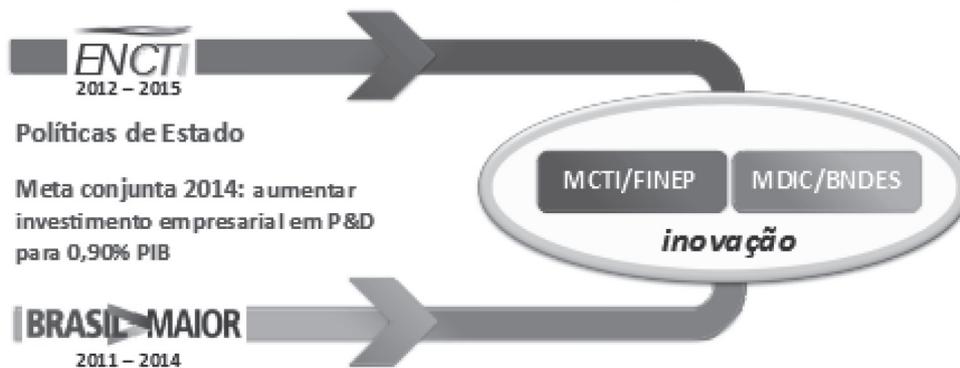
É inegável que o país vivenciou, a partir de 2003, uma mudança de rumo substantiva nas políticas públicas que alterou em seu padrão de desenvolvimento, superando importantes restrições ao seu processo de crescimento econômico. Tal modelo teve como um dos eixos estruturantes a constituição de um amplo mercado interno de consumo de massa, concebido como um vetor dinâmico da economia, fortalecendo as cadeias produtivas e o fomento à inovação. Esta estratégia envolveu a implantação de um conjunto articulado e complementar de políticas públicas, orientadas para a redução drástica da pobreza, inclusão social e educacional, associado ao fortalecimento dos instrumentos de planejamento e regulação econômica do Estado brasileiro.

O objetivo central era obter ganhos de competitividade para a economia brasileira, única forma de conjugar o crescimento com a inclusão social, construindo, por fim, a base para a “sociedade do conhecimento”. Cabe destacar que tais frentes de expansão tinham também, como eixos dinâmicos, a dimensão ambiental e territorial. As condições para implantar este conjunto de políticas estratégicas foram favorecidas pela consolidação macroeconômica, reativação do crescimento e fortalecimento do mercado interno, com expansão do emprego e crescimento real dos salários e da renda. Este novo cenário abriu espaço para avanços importantes na agenda de CT&I. Políticas sistematizadas em torno de programas e ações, colocaram tal agenda como um dos eixos centrais da política de Governo.

Reconhecendo nosso enorme potencial em recursos naturais e nossa biodiversidade, não poderíamos nos contentar em sermos apenas exportadores de petróleo, minério e alimentos. A agenda respondeu a uma nova dinâmica, ou seja, potencializar nossa capacidade científica e tecnológica, impulsionar inovações na indústria, em manufaturas de alto valor agregado, reforçando nossa posição competitiva na produção e comércio mundial, com modelo de governança articulado.

Articulação das políticas

Forte articulação da política de C,T&I com a política industrial



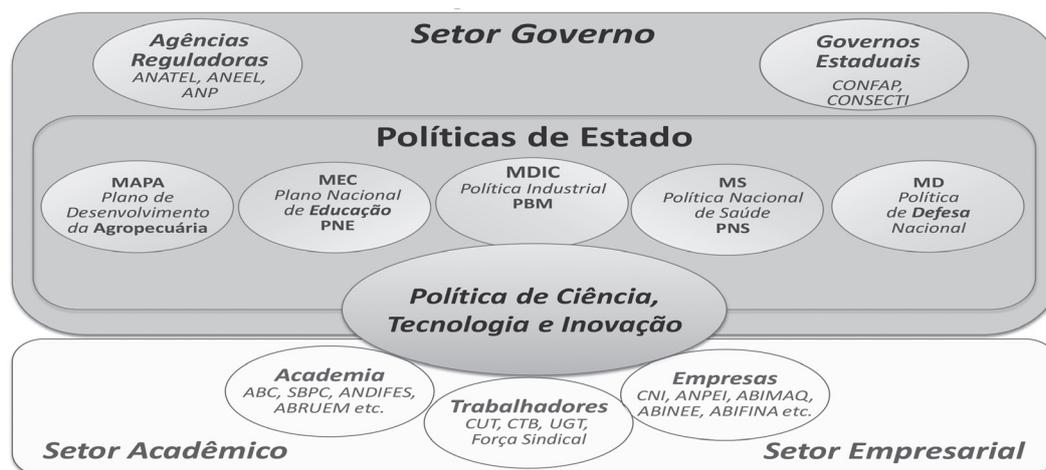
- Desafios científico-tecnológicos a serem enfrentados, visando à construção de competitividade;
- Uso articulado de instrumentos de incentivos (fiscal-financeiro), regulação, poder de compra;
- Recursos disponíveis para todas as etapas do ciclo de inovação;
- Metas compartilhadas com o setor científico-tecnológico e o setor privado.

LA Elias, 2017

As políticas construídas focavam na integração da CT&I às demais políticas de governo, principalmente à política industrial, bem como às outras políticas setoriais estratégicas, como educação, saúde, agropecuária e energia, articulando-se numa visão sistêmica e harmônica, de maneira a constituir um planejamento integrado, o que envolve diversos atores institucionais.

A importância da articulação desses atores, dos vários segmentos (governo, universidades, empresariado, agências de regulação) e nos vários níveis (federal, estadual e municipal), visava a otimizar esforços na formação de recursos humanos e parcerias na aplicação de recursos em projetos estratégicos facilitando a disseminação da informação e das decisões, na execução da política de CT&I.

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ESTADO E ARTICULAÇÃO DOS AUTORES DO SNTI 2007 / 2014



A política de CT&I enquanto eixo estruturante do desenvolvimento sustentável brasileiro, tinha o compromisso de promover a Expansão e Consolidação de seu Sistema Nacional. Mudou o cenário Nacional com um novo marco legal que permitiu a implantação da Lei de Inovação, Lei do Bem, Lei de Informática, Lei da Biodiversidade e como instrumento de política, a Lei de compras governamentais; parcerias formais com as FAPs, CONSECTI e CONFAP; o aumento real da infraestrutura laboratorial; criação em rede nacional e internacional de 123 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) em áreas críticas para o Brasil; e a implantação de programas estratégicos, com o Ciência sem Fronteiras que levou cerca de 100 mil estudantes e pesquisadores brasileiros a 2.912 universidades e centros de pesquisa em 54 países.

O orçamento executado do MCTI passou de R\$ 3 bilhões em 2002 para mais de R\$ 8,5 bilhões em 2010. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) expandiu-se de R\$ 500 milhões em 2002 para mais de 4 bilhões em 2010. No mesmo período, o orçamento da CAPES foi de R\$ 500 milhões para R\$ 4 bilhões. Observemos o esforço na Formação de Recursos Humanos qualificados entre 2003 e 2014, enquanto elemento de sustentação da política de CT&I para a geração, aquisição e difusão de conhecimentos em setores estratégicos. A pós-graduação teve um crescimento de 97,7% na oferta de cursos, e 107% nas matrículas de mestrado e doutorado, nesse período. Os cursos de excelência na avaliação da Capes, notas 6 e 7, cresceram 167%, assegurando suporte indispensável a toda a política de CT&I.

Como resultado, o Brasil contava em 2016, com quase 200 mil cientistas e engenheiros de alto nível, instalados em mais de 500 instituições e cerca de 34 mil grupos de pesquisa, os quais vêm realizando atividades com projeção internacional. Conforme dados do CNPq em 2016, estes níveis representam um crescimento de 100% a quase 300% em relação aos níveis de 2002, dependendo do indicador. O Brasil, que em 2006 publicava 33.498 artigos científicos nos periódicos científicos indexados, saltou para 61.122, em 2015 alcançando o 13º lugar em produção científica, em nível mundial (Web of Science). Entre 2010 e 2015, o crescimento médio dos países nestas publicações científicas foi de 51%, enquanto que o Brasil teve um crescimento de 134% no mesmo período (Capes, 2015).

A promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, outro braço do Sistema, garantiu o fortalecimento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) com aumento expressivo dos recursos não reembolsáveis, subvenção e crédito, este último em parceria com o BNDES, com especial destaque ao Programa INOVA Empresa (que disponibilizou cerca de R\$39 bilhões de reais para redes de pesquisa, ICTs e empresas brasileiras), Programa TI Maior - importante reforço à área de tecnologia da informação no Brasil, assim como, a instalação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC). É preciso destacar, também, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) no final de 2013, que tem como principal objetivo promover projetos de inovação de demanda das empresas. A Embrapii sofreu forte restrição de recursos a partir de 2016, ainda assim foram contratados 691 projetos de 493 empresas num total de R\$ 1,15 bilhão investidos em 146 pedidos de propriedade intelectual.

Como aponta documento recente da Comissão de Financiamento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, 2019), a crise do SNCTI ameaça o projeto de soberania nacional e da própria democracia. “O futuro social, econômico e ambiental está verdadeiramente ameaçado. Serão necessárias visões de curto, médio e longo prazo para responder adequadamente à pergunta fundamental da nação: qual é a vocação do Brasil? O segredo da prosperidade das nações é o investimento no intelecto do povo, no aumento do saber e na sustentabilidade social e ecológica do desenvolvimento. Nosso modelo de desenvolvimento nacional precisa salvaguardar a soberania nacional e os interesses brasileiros em questões estratégicas como a Educação, a Saúde e o SUS, a política espacial brasileira, o Marco Civil da Internet, a Petrobrás, a exploração do Pré-Sal e das fontes de energia solar e eólica, o papel da agricultura familiar no abastecimento alimentar, a política indigenista, o desmatamento e a agricultura predatória, especialmente no que tange à desregulamentação sem base científica do uso de agrotóxicos. Precisamos reconhecer a centralidade da nossa problemática ecológica, que emerge tanto nas barragens rompidas quanto no aumento da devastação da cobertura vegetal. Estima-se que a floresta amazônica esteja perigosamente perto do ponto de não-retorno do processo de estio e queimadas. Nunca foi tão urgente um outro modelo de desenvolvimento, ancorado na racionalidade, na Ciência e no interesse público” (SBPC, 2019).

É inerente às atividades de pesquisa científica e inovação, o componente de risco e incertezas. O desenvolvimento do ativo intangível e sua apropriação e incorporação na economia, desde a pesquisa básica ao processo inovativo, tem características particulares que são influenciadas pela capacitação de recursos humanos, pela infraestrutura das universidades e ICTS e pela alocação estável de recursos públicos, com grau de subsídio elevado, padrão adotado, como visto anteriormente, pelas economias desenvolvidas como elementos centrais do processo.

Porém, a despeito dos importantes avanços obtidos, falta uma radicalização das políticas nacionais no sentido de viabilizarmos uma recomposição dinâmica da indústria brasileira, a ampliação do mercado de trabalho com qualificação, uma maior e melhor formação de recursos humanos, que pudesse atender às demandas da sociedade e enfrentar o desafio de levar o Brasil à fronteira do conhecimento.

No atual cenário, como veremos a seguir, o papel do Estado como formulador de políticas públicas para o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, que envolvam regulação e financiamento de longo prazo encontra-se comprometido, haja vista, a falta de proposições para consolidação do Sistema Nacional de CT&I. Muito pelo contrário, o que se observa são exemplos claros de retrocesso (aparentemente planejado) com as situações drásticas vivenciadas pela Finep e CNPq, comprometendo os respectivos papéis de fomento à P&D. Outro braço deste processo, o BNDES, vem sendo forçado a atuar mais como Banco de Investimento do que Banco de Desenvolvimento, com pressões para redução de seu funding, comprometendo a expansão do investimento produtivo. Restrições severas também estão sendo impostas ao papel das Estatais, em especial da Petrobras e Eletrobrás, na consolidação do Sistema.

A DERROCADA ATUAL DA POLÍTICA FEDERAL DE APOIO À P&D

As decisões tomadas no primeiro semestre de 2019 quanto a contingenciamentos das autorizações orçamentárias (em orçamentos cuja linha de base – orçamento de 2018 - já é muito deteriorada), ensejam um aprofundamento da crise no apoio à P&D realizada pelo governo federal.

Com a aprovação da emenda constitucional nº 95, que impôs um teto para os reajustes dos gastos primários de no máximo a taxa de inflação do ano anterior, para os próximos 20 anos, teremos uma dramática restrição de recursos para CT&I e para os investimentos públicos, imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável da economia. A radicalidade da EC 95 tende a impactar praticamente todos os componentes das políticas públicas. Políticas de corte mais estratégico com largos tempos de maturação, como as políticas de P&D, deverão ser as mais atingidas.

**PROJETO
BRASIL
POPULAR**

Os avanços da primeira década do século 21 foram revertidos nos últimos cinco anos. O orçamento executado do MCTIC efetivamente gasto com ciência foi de R\$ 3,9 bilhões em 2018 e apenas R\$ 932 milhões até julho de 2019. O FNDCT em 2019 deveria chegar a R\$ 4,3 bilhões, mas foram liberados até agora menos de R\$ 600 milhões. Regressamos ao nível de investimento de 15 anos atrás. De acordo com o Índice Global de Inovação publicado pela Universidade Cornell, pelo Instituto Europeu de Administração de Empresas (INSEAD), e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO), o Brasil ocupava em 2011 a 47ª posição de um rol de 127 países, tendo caído em 2018 para a 64ª posição entre 126 economias. O cenário é de desmonte do sistema.

Entre 2017 e 2018, o CNPq e a Finep tiveram uma redução drástica em seus orçamentos e limites de empenho com consequências desastrosas para todo o sistema de CT&I. O orçamento do CNPq, em 2018, foi de 55% em comparação ao de 2014. Com risco de suspensão do pagamento de mais de 80 mil bolsas do CNPq se não houver aporte em 2019. A Finep encontra-se sem definição estrutural, sem missão institucional clara e sob suspensão da execução orçamentária. Os desembolsos da FINEP em 2018 foram 54% da média entre 2010 a 2013.

A desindustrialização do Brasil não é recente, essa queda vem sendo contínua e mais ou menos constante ao longo dos anos, desde meados dos 1980: em 1985, este setor respondia por quase 30% do PIB, no fim do período neoliberal (governo FHC) já era aproximadamente 15%, atualmente é de apenas 11%. A conjuntura agrega a esse cenário a tentativa de realizar uma reforma fiscal em um ambiente de recessão tendente à depressão, de crise na economia mundial e de guerras comerciais crescentes entre os maiores mercados mundiais. Além disso, está orientando essa reforma segundo os interesses do setor financeiro. Não é difícil não imaginar os efeitos perversos desse modelo na indústria brasileira que, face às circunstâncias, não poderá apelar ao mercado interno com cada vez maiores legiões de desempregados e subempregados, nem ao mercado externo, amarrado no ambiente internacional tóxico que se apresenta. Se a esse cenário, adicionarmos o viés de radical privatização e abertura comercial embutidas no modelo ora implantado, para onde a indústria instalada no país, demandante de inovações para tornar-se competitiva, poderá correr?

Além do setor agrário, a partir da atuação da EMBRAPA, há no Brasil apenas dois outros sistemas setoriais de inovação que se pode considerar em situação de catching-up para o amadurecimento – os setores de petróleo de gás, liderado pela Petrobrás e o setor aeronáutico, liderado pela Embraer. Pois já no governo Temer e tendo continuidade acelerada no atual, esses dois setores estão sendo desmontados e desnacionalizados.

Uma das razões da bem-sucedida estruturação desses dois sistemas setoriais de inovação foi a sua capacidade de realizar atividades de P&D autóctone ao tempo de estarem integrados, muitas vezes em posição de liderança, a cadeias tecnológicas e produtivas globais. No caso da Petrobrás, isso gerou o pré-sal e no caso da Embraer, foi isso que a transformou no terceiro maior projetista e fabricante mundial de aeronaves. O desmonte e a desnacionalização vão, seguramente, provocar essa perda de protagonismo.

A face mais visível da destruição institucional, ora em curso, está no lado das universidades e institutos de pesquisa. Movido por estímulos ideológicos, mas não apenas, o governo federal cada vez mais intervém na arquitetura institucional dessas instituições. Ao lado de seu viés ideológico, essas intervenções abrem também caminho para processos de mudança no perfil da educação superior, estimulando a entrada nesse mercado de grandes empresas internacionais no campo da educação. O alvo principal desse processo intervencionista vem sendo as universidades federais e institutos federais de ensino e pesquisa onde é produzida grande parte do conhecimento científico no país. E, além do encilhamento orçamentário-financeiro decorrente do ajuste fiscal, as intervenções incluem ingerências políticas em instituições que têm a sua autonomia administrativa e política garantida por dispositivo constitucional. O não reconhecimento da autonomia das consultas à comunidade acadêmica por voto direto e dos conselhos superiores de instituições de ensino e pesquisa com vistas à escolha de seus dirigentes são exemplos eloquentes dessa destruição institucional.

Diferentemente da maioria de outros países do hemisfério sul com alguma capacidade de pesquisa científica e tecnológica, o Brasil jamais conviveu com uma perda significativa de cérebros para o exterior. Isso deveu-se principalmente à construção de uma política de pós-graduação no país, iniciada em 1965 e consolidada nas décadas seguintes. Há sólidas evidências de que parte importante do chamado brain-drain ocorre nos períodos em que pesquisadores vão aos centros mundiais de pesquisa para completar sua formação pós-graduada ou para cumprir estágios pós-doutorais. Entretanto, em situações de crise aguda, tal qual a que estamos vivenciando, a perda de cérebros passa a incluir pesquisadores renomados, lideranças científicas insubstituíveis.

O quadro político que se avizinha, com severos constrangimentos orçamentário-financeiros e ideológicos, poderá provocar uma mudança importante nesse cenário, podendo gerar importantes perdas de cérebros.

Conforme alertou recentemente o presidente da Academia Brasileira de Ciências, os cortes de recursos para a ciência e tecnologia feitos pelo governo federal, estão levando a produção científica brasileira a um estado terminal, interrompendo pesquisas, acelerando o êxodo de cérebros e gerando uma lacuna que “vai penalizar o Brasil por décadas”.

DESAFIOS PARA RETOMAR A ESTRATÉGIA DE C,T&I.

Como norte para uma retomada vital de nossa política de P&D deve estar uma política sustentável pelo equilíbrio do nosso sistema nacional de inovação, histórica e estruturalmente desequilibrado no sentido da oferta de conhecimento, em detrimento da demanda por produtos e processos de interesse da sociedade. Há uma lacuna no financiamento que impede resultados expressivos para a inovação no país. A inovação tem resultados tangíveis como novos produtos, correlações experimentais e conhecimentos que podem ser quantificáveis e podem ser legalmente protegidos por meio de patentes ou outros meios de propriedade intelectual. Mas, também existem resultados intangíveis como novos processos, novas formas de fazer negócios que levam a uma vantagem competitiva e novos modelos de organização social.

A variável crítica para o desenvolvimento é a promoção do desenvolvimento industrial local, com o estancamento da trajetória de desindustrialização e de abertura comercial geral e irrestrita. No mundo contemporâneo, não há exemplo de país com as características do Brasil em termos geográficos, de recursos naturais, demográficos e culturais, que tenha se desenvolvido sem uma capacidade industrial compatível com suas necessidades.

O país deve construir um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social com metas de curto, médio e longo prazo. E que, além disso, garanta o fortalecimento de nossa democracia. Nesse projeto, um lugar especial deve ser ocupado por uma visão estratégica sobre P&D. Essa visão exige definir o lugar do Brasil no mundo. Um país com nossas dimensões está praticamente obrigado a construir um espaço de liderança. Desde o século XIX, na maior parte do tempo o Brasil ocupou esse papel na América do Sul.

Para tanto, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, através de seu grupo de trabalho sobre Financiamento (SBPC, 2019), sugere um conjunto articulado de ações estratégicas, importantes para a construção de um Projeto Nacional:

- 1 | Estabelecimento da meta de investimento total (governo mais empresas) em P&D de 2,0% do PIB ao final dos próximos 3 anos;
- 2 | Atingir 2% do PIB regional para investimentos em CT&I até 2032;
- 3 | Construção de um Plano Nacional de CT&I com prioridades conectadas às grandes questões nacionais e ao estabelecimento de projetos mobilizadores do país, em articulação do MCTI com os ministérios da Saúde; Educação; Agricultura; Defesa; Economia; e com as agências reguladoras (ANP, ANATEL e ANEEL), para implementar uma política industrial moderna que alavanque processos e investi-

mentos em inovação nas empresas. O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) deve ser o órgão articulador desse Plano, que deve destacar o papel decisivo das estruturas estaduais e regionais de CT&I, enfatizar a diversificação de fontes orçamentárias e suprir as demandas em contínua expansão, como requer um país em desenvolvimento com o imenso potencial do Brasil;

4 | Melhoria da qualidade da Educação em todos os níveis, em particular a Educação científica, com valorização salarial e simbólica do professor da Educação básica, utilização de metodologias de ensino baseadas na investigação e uso adequado de política de cotas;

5 | Criação do Fundo do Pré-Sal para C&T (PLS 181/2016), que tem potencial para alavancar o grande salto adiante que o Brasil precisa dar;

6 | Revogação da Emenda Constitucional 95 ... para permitir a expansão dos orçamentos da Educação, Saúde e CT&I. A manutenção da situação atual efetivamente estrangula o SNCTI e inviabiliza o desenvolvimento nacional;

7 | Fortalecimento da FINEP, fim do contingenciamento dos recursos do FNDCT e recuperação paulatina dos recursos já contingenciados;

10 | Recuperação dos níveis orçamentários de investimento em CT&I ao valor máximo do período 2009-2014...O aperto orçamentário afeta diferencialmente os te fiscal ortodoxo implantado pelo atual governo;

18 | Cumprimento dos acordos internacionais em andamento na área científica e o apoio à participação do Brasil nos grandes programas internacionais de pesquisa que forem julgados estratégicos para o país;

19 | Efetiva aplicação nos níveis federal, estadual e municipal, do novo Marco Legal de CT&I. Remoção ou aperfeiçoamento de outras legislações que dificultem a realização de pesquisas científicas e tecnológicas;

20 | Estabelecimento de gestões públicas que levem em conta os resultados provenientes do conhecimento científico, respeitem o meio ambiente e promovam a inovação e a inclusão sociais;

21 | Grande mobilização e de uma frente ampla uníssona para defender a preservação e expansão do SNCTI, superar os desafios e apontar para o futuro.

Cabe ainda destacar a importância da agenda de CT&I para atender as demandas sociais, ou seja, o conhecimento como ponto de inflexão para o enfrentamento das desigualdades, como indutor da efetiva inclusão social. É imperioso desenvolver o conhecimento científico e inovações para a criação de oportunidades e redução da fome e miséria, fortalecendo a agricultura familiar. A introdução na agenda do desenvolvimento social foi, também, fundamental para ampliação das tecnologias assistivas, economia solidária, popularização da ciência e difusão nas escolas.



Um governo precisa orientar esforços no sentido de utilizar a Ciência & Tecnologia de maneira intensiva para recuperar e proteger nosso patrimônio ambiental, nossas florestas e outros biomas, nosso território marítimo, a Amazônia Azul, além de valorizar nossas comunidades indígenas e tradicionais. Buscar a sustentabilidade social, ambiental e econômica é tarefa urgente, fazendo o Brasil voltar a ser vanguarda no combate ao aquecimento global.

Mobilizar a criatividade e a inteligência coletiva das áreas de pesquisa é uma conquista da cidadania. O modelo econômico atual, no entanto, traz sérios riscos a manutenção e ampliação dessas políticas. Esse risco ocorre, também, na forma de proteção e nos mecanismos que garantam a repartição de benefícios do conhecimento tradicional. A preservação ambiental, com o aprofundamento das pesquisas científicas, é estratégica para o uso sustentável do território.

Recentemente os ex-ministros de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) (1º de julho de 2019) manifestaram sua profunda preocupação diante das ameaças à Educação, em geral, e à CT&I em particular. A conclusão é que esta proposta está alinhada ao Manifesto: “o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação constitui uma Política de Estado. Os extraordinários avanços da economia digital, da inteligência artificial, biotecnologia, automação e robótica, internet das coisas, novos materiais estão mudando rapidamente as formas de produção no mundo e estabelecendo um novo paradigma tecnológico com imensos desafios ao trabalho humano e ao Brasil como nação. O dispêndio em CT&I é um investimento virtuoso e estratégico. Desqualificar as universidades públicas que produzem mais de 90% da pesquisa brasileira e a privatização de empresas estratégicas, são equívocos que podem custar caro à sociedade brasileira. Não podemos permitir a criação de condições que estimulem a evasão dos nossos melhores cérebros. É preciso garantir esperança para as futuras gerações! O desafio é enorme e urgente, o Brasil precisa avançar a uma velocidade superior à da fronteira do conhecimento, sob pena de termos, na melhor das hipóteses, uma estagnação relativa. É urgente a transversalidade da CT&I na gestão pública, como instrumento para a recuperação econômica e transformação do país em Nação sustentada pelo conhecimento. Eis aqui o nosso chamado para que a sociedade brasileira se comprometa e se mobilize na defesa da Ciência, do Conhecimento e da Tecnologia, patrimônios de uma Nação”.

CONCLUSÃO

Vivemos a maior crise da história do SNCTI, em íntima relação com uma das maiores crises sociais, econômicas e políticas da história do Brasil!

Como vimos, os países centrais dominam o desenvolvimento científico e tecnológico, controlam os fluxos financeiros e determinam as movimentações de investimentos globais. Por outro lado, os países em desenvolvimento (periféricos) frequentemente

apresentam dificuldade de investimento, portanto, dependentes de fluxos internacionais; problemas de balanço de pagamentos; questões estruturais na indústria, mercado de trabalho e de consumo, que dificultam a difusão do progresso técnico e os benefícios para a sociedade com a distribuição de renda e riqueza.

As estratégias nacionais de CT&I, implementadas no País, nas últimas décadas, não eram diferentes dos objetivos prevaletentes no cenário internacional. A inovação tecnológica, a difusão e a aplicação de novos conhecimentos, foram vistas como fatores primordiais para o aumento da produtividade e a promoção do crescimento, com inclusão social. A intensa competição internacional implica que, sem investimentos em ciência, tecnologia e inovação, o Brasil dificilmente alcançará o desenvolvimento sustentável, no qual a competitividade não dependa da exploração predatória de recursos naturais ou humanos, tampouco permitirá a apropriação dos benefícios do progresso técnico para reconstruir a estrutura de oferta e modernização de programas sociais como mobilidade urbana, saneamento, tecnologia verde, habitação popular, saúde, educação e desenvolvimento regional.

É importante considerar, que, apesar do esforço despendido, o Brasil ainda, se encontra em um nível intermediário de desenvolvimento. Muito foi realizado, mas precisamos: i) avançar na infraestrutura nacional de classe mundial para pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas; ii) ampliar as iniciativas de formação, qualificação, atração e retenção de recursos humanos; iii) apoiar a criação de empresas de base tecnológica e o fortalecimento da capacidade de inovação dos fornecedores nacionais de bens e serviços de modo a permitir o atendimento dos requisitos de conteúdo local na indústria; iv) apoiar a diversificação de empresas e grupos econômicos de capital nacional para atuação nos segmentos mais intensivos em tecnologia e escala; e v) criar as condições necessárias para a constituição no Brasil de centros de engenharia e de pesquisa dos principais fornecedores nacionais e internacionais nas cadeias mais estratégicas para o desenvolvimento nacional. Penso que este parágrafo deveria ser destacado sob o título de 'Propostas'.

Uma política de desenvolvimento nacional precisa priorizar o Conhecimento como necessidade estratégica para o fortalecimento de nossa Soberania, precisa articular a abundância e as oportunidades dos nossos recursos naturais com um desenvolvimento industrial nacional, mediados por questões de sustentabilidade ambiental e segurança energética. O desafio é enorme, é preciso mover-se a uma velocidade superior à da fronteira tecnológica, sob pena de termos, na melhor das hipóteses, uma estagnação relativa. Só um verdadeiro salto histórico no esforço inovador permitirá impulsionar uma trajetória de desenvolvimento sustentável. Como nos ensinava o mestre Celso Furtado “o subdesenvolvimento não é uma simples fase de transição ao desenvolvimento, mas um fenômeno mais permanente, cuja superação exige uma dedicação política tenaz e prolongada”.

**COORDENAÇÃO:
ROBERTO AMARAL
E LUIZ ANTÔNIO
ELIAS**

BIBLIOGRAFIA

ABC, Lima, J., & Tundisi, J. (2018). Projeto de Ciência para o Brasil. Fonte: <http://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Projeto-de-Ciencia-para-o-Brasil.pdf>

Bielschowsky, R., Squeff, G., & Vasconcellos, L. (2014). Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000. Em A. Calixtre, A. Biancarelli, & A. Cintra, Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro. Brasília: IPEA.

CNI. (2018). INDUSTRY 2027: Risks and Opportunities for Brazil. Brasília: MEI CNI. Fonte: https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/8f/26/8f267223-f41b-4b8a-8247-939df15b8de5/sintese_miolo_ing.pdf

Elias, L. A. (2018). Política de Ciência, Tecnologia e Inovação. Em F. P. Abramo, Legados dos Governos Lula e Dilma 2003-2016. mimeo.

Gomes, G., & Cruz, C. (2019). Vinte anos da Economia Brasileira. Brasília: CGEE.

Guimarães, R. (2019). Pesquisa e Desenvolvimento: Destrução e Ameaças. FIOCRUZ mimeo.

IEDI. (08 de 2019). Carta IEDI Edição 932. Fonte: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_932.html

MCT. (2010). Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Fonte: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/677>

MCTI. (2011). Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015. Brasília: Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação .

NSF. (2018). National Science Board. Science & Engineering Indicators 2018.

SBPC. (2019). Relatório da Comissão de Financiamento à Pesquisa & de Política Científica. São Paulo: SBPC.

UNIDO, O. d. (2018). Industrial Development Report – 2018.

PROJETO
 BRASIL 
POPULAR

GT DE
FINANCEIRIZAÇÃO

ROMPER COM O RENTISMO PARASITÁRIO E RETOMAR O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO: UMA AGENDA POPULAR PARA O BRASIL

Amir Khair
Ione Amorim
Júlio Cesar Zorzenon Costa
Ladislau Dowbor
Laerte Fedrigo

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o mercado financeiro ganhou importância capital, não só pelo volume de recursos transacionados, mas especialmente porque se tornou a principal fonte geradora de riqueza no mundo capitalista. Em tempos remotos, no modo escravista de produção e no feudalismo, a riqueza era gerada na agricultura. Com o advento do modo capitalista de produção, a indústria passou a ser o lugar prioritário para a geração da riqueza. Na era do capitalismo globalizado, a financeirização se tornou o novo padrão sistêmico de riqueza, visto que a reprodução ampliada do capital passou a se dar na sua forma mais abstrata: como capital financeiro (MIRANDA, 1997). Tanto é verdade que, enquanto o PIB cresce na ordem de 2 a 2,5%, as aplicações financeiras rendem no mundo cerca de 7% ao ano.

A consequência desse processo de financeirização tem sido a ampliação da desigualdade. Além de promover uma espécie de folia financeira, com constantes crises, esse novo padrão sistêmico de riqueza dificulta a ação do Estado como coordenador macroeconômico e articulador de políticas estratégicas, aprofundando seus efeitos sobre as condições de vida da população em geral. A diferença entre ricos e pobres aumenta a cada ano e a renda se concentrou de tal forma que 42 pessoas detêm a mesma riqueza que a metade mais pobre da humanidade, o equivalente a 3,7 bilhões de pessoas, segundo publicou a Oxfam Internacional (2018). De acordo com esse levantamento, no Brasil a diferença entre os que estão no topo e os que estão no andar de baixo da pirâmide econômica é ainda maior: os cinco maiores bilionários possuem o mesmo patrimônio que a metade do andar de baixo.

No Brasil, o poder econômico dos mais ricos, em particular dos grandes bancos, transformou-se em poder político, o que permite o dreno dos recursos. O mercado financeiro exerce uma extraordinária pressão sobre a arena política, econômica e institucional, de tal sorte que, em lugar de financiar a economia e dinamizar o investimento produtivo, o sistema gera custos de intermediação para todos. Os que gerenciam os fluxos financeiros simplesmente deixaram de ‘servir aos interesses da coletividade’ e passaram a travá-los.

Não sonhamos com soluções milagrosas. Nosso objetivo é mostrar que no centro de uma economia que funcione está o marco zero da ciência econômica: a alocação racional dos recursos. A regra de ouro é que a remuneração dos agentes econômicos deve ser proporcional à contribuição que eles dão para a economia. Deve-se recompensar quem mais multiplica as riquezas, não quem é mais esperto em drená-las. O que buscamos é analisar os mecanismos de extração do excedente produzido pela sociedade brasileira; fatores que determinaram a deformação do sistema de intermediação financeira, com o conseqüente travamento do consumo das famílias, da atividade produtiva e do investimento governamental. Com-

prender como este sistema de extração do excedente produzido pela sociedade se organiza no Brasil e como travou a economia em geral ajuda a ter pontos de referência; “por o dedo na ferida”.

Não há como evitar a constatação de que o Brasil está recompensando parasitas por meio de uma combinação desastrosa que deforma o funcionamento do sistema financeiro em particular e da economia em geral. Mas de nada adiantaria nosso esforço de compreensão se a reflexão não apontasse caminhos. Defendemos a adoção de medidas eficazes para estancar o dreno dos recursos, permitir a recuperação da capacidade de financiamento do Estado e do dinamismo econômico e promover o desenvolvimento, com a conseqüente redução do desemprego e das desigualdades econômicas e sociais. É imperativo promover mudanças.

2. O CAPITAL IMPRODUTIVO E O TRAVAMENTO DA ECONOMIA

A publicidade dos agentes financeiros é repleta de imagens de ternura e segurança: uma moça sorridente, velhinhas que brincam com o seu celular, uma mãe com crianças ou bebês. No entanto, poucos setores de atividade são tão truculentos nos seus impactos, como se vê nos milhões de americanos que perderam suas casas, gregos que perderam suas poupanças ou brasileiros que se vêm endividados sem entender o mecanismo que os priva dos recursos. No Brasil, por toda parte é possível ver sofisticados sistemas de informação qualificados de “impostômetros”. Isso repercute com força nas emoções da população, que se sente esmagada pelos impostos e esquece que eles são tão elevados porque, em grande parte, são transferidos para os bancos e rentistas na forma de pagamentos de juros da dívida pública, sendo os maiores receptores desses recursos, justamente aqueles que pagam menos impostos.

2.1. O COMÉRCIO EXTERNO

A economia funciona movida por quatro motores: as exportações, a demanda das famílias, as iniciativas empresariais e as políticas públicas. No caso do Brasil, a partir de 2014, estes quatro motores ficaram travados, e o sistema financeiro desempenhou um papel essencial nesse travamento. Compreender este processo permite entender as principais engrenagens da própria economia, a começar pelo comércio exterior.

No Brasil, as exportações não constituem nem de longe o principal motor da economia. Os cerca de 200 bilhões de dólares de exportações representam 11% do PIB. Trata-se de um valor significativo, em particular porque permite importar bens e serviços importantes para a economia, mas nada de decisivo. O Brasil não é como alguns países asiáticos, onde o motor do comércio externo é essencial. A economia brasileira é vinculada ao mercado interno. Se as dinâmicas internas não funcionam, o setor externo pouco poderá resolver. A monocultura de exportação, assim como a

mineração em grande escala, gera poucos empregos e, portanto, tem um efeito limitado de dinamização pela demanda. Não é daí que virá a salvação da lavoura. Não se trata de subestimar o impacto das perdas nas exportações como fator de travamento da economia, mas de entender que a dinâmica principal está nas atividades voltadas para a demanda interna. Uma melhora nos preços das exportações ajuda, mas o eixo central está dentro do país.

2.2. A DEMANDA INTERNA

Incomparavelmente mais importante é a demanda das famílias, que constitui o principal motor da economia. Quando a demanda interna murcha, as empresas não têm interesse em produzir. Em contrapartida, quando a demanda está forte, haverá quem invista para responder e lucrar, dinamizando a economia.

Os dois Governos Lula e o primeiro Governo Dilma elevaram fortemente a base popular de consumo, por meio de um conjunto de programas e políticas econômicas e sociais. A partir de 2013, no entanto, os bancos e outros intermediários financeiros passaram a drenar o aumento da capacidade de compra dos mais pobres, esterilizando em grande parte o processo redistributivo e a dinâmica de crescimento, que deveriam servir ao fomento produtivo e ao desenvolvimento econômico.

TABELA 1 - TAXA DE JUROS DO CREDIÁRIO POR SETOR

SETORES	JANEIRO DE 2018		FEVEREIRO DE 2018	
	TAXA MÊS	TAXA ANO	TAXA MÊS	TAXA ANO
Grandes Redes	2,76%	38,16%	2,79%	39,13%
Médias Redes	5,68%	94,05%	5,73%	95,15%
Pequenas Redes	6,61%	115,56%	6,67%	117,02
Emp. Turismo	4,60%	71,55%	4,64%	72,33%
Artigos do Lar	7,10%	127,76%	7,16%	129,29%
Eletroeletrônicos	5,30%	85,84	5,35%	86,90%
Importados	5,98%	100,76%	6,01%	101,45%
Veículos	1,99%	26,68%	1,97%	26,38%
Art. Ginástica	7,62%	141,39%	7,67%	142,74%
Informática	5,11%	81,86%	5,15%	82,69%
Celulares	4,78%	75,12%	4,82%	75,93%
Decoração	7,30%	132,91%	7,36%	134,48%
MÉDIA GERAL	5,40%	87,97%	5,44	88,83%

Fonte: ANEFAC, 2018, p. 6.



Os números são claros e conhecidos, bastando juntá-los para entender o impacto, a começar pelas taxas de juros ao tomador final (pessoa física) praticadas no comércio, os chamados crediários. A média de juros praticadas nos crediários, de 88,83% (última linha da Tabela 1), significa que este tipo de comércio, em vez de prestar decentemente serviços comerciais, transformou-se essencialmente num banco e lucra praticando agiotagem. Aproveita o fato de as pessoas não entenderem de cálculo financeiro, e de disponibilizarem de pouco dinheiro à vista, para as extorquir. O vendedor de “Artigos do Lar”, ao cobrar juros de 129,29%¹ sobre os produtos, trava a demanda, pois a pessoa endividada ficará represada por 12 ou 24 meses enquanto paga as prestações, e trava o produtor, que recebe muito pouco pelo produto. É a economia do pedágio, ou, no linguajar popular, do assalto. No conjunto do processo, a metade da capacidade de compra do consumidor fica com o intermediário, que não produz nada. E como o produtor recebe pouco, sua capacidade de investimento estanca².

TABELA 2 - TAXA DE JUROS PARA PESSOA FÍSICA

LINHA DE CRÉDITO	JANEIRO DE 2018		FEVEREIRO DE 2018	
	TAXA MÊS	T A X A ANO	TAXA MÊS	TAXA ANO
Juros comércio	5,40%	87,97%	5,44%	88,83%
Cartão de crédito	12,70%	319,84%	12,67%	318,50%
Cheque especial	12,12%	294,64%	12,18%	297,18%
Empréstimo pessoal-bancos	4,10%	61,96%	4,22%	64,22%
Empréstimo pessoal-financeiras	7,44%	136,59%	7,50%	138,18%
TAXA MÉDIA	7,29%	132,65%	7,33%	133,70%

Fonte: ANEFAC, 2018, p. 2.

1 - A Midia@markt, rede eletrodomésticos na Europa, trabalha com juros de 13,3% ao ano, com belos lucros.

2- No Brasil, ao contrário do que é usado mundialmente, os juros são apresentados como “taxa mês”. É tecnicamente certo, mas comercialmente e eticamente errado. É uma forma de confundir os tomadores de crédito, pois ninguém consegue calcular mentalmente juros compostos. O procedimento é vergonhoso; um abuso de poder econômico. Uma pessoa sem formação na área pensará que um juro de 6% ao mês é três vezes maior do que um juro de 2% ao mês. Juros de 6% ao mês representam cerca de 100% ao ano, quando juros de 2% ao mês representam 26% ao ano. Três vezes 26 são 78%. O comprador vai fazer estes cálculos de cabeça?

3 - Na França, os custos correspondentes situam-se na faixa de 3,5% ao ano.

4 - Segundo estudo de Maurício Gutemberg (apud Safatle, 2018), o Peru tem a segunda maior taxa de juros sobre o crédito rotativo da América Latina, 53% ao ano, infinitamente menor do que no Brasil.

Os consumidores não se limitam a comprar pelo crediário. Usam também cartão de crédito e outras modalidades de mecanismos financeiros. Os dados da Tabela 2 indicam que os empréstimos pessoais custam na média 64,22% nos bancos e 138,18% nas financeiras². Como se não bastasse, os intermediários financeiros cobram 297,18% no cheque especial e 318,50% no cartão de crédito rotativo⁴. A Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) considera que esta carteira “está sendo responsável por fomentar o crédito ao consumidor no país”. É uma forma positiva de apresentar o problema, mas fomentar o crédito não necessariamente significa fomentar o consumo. Com tamanhas taxas de juros, ao fazer uma compra no crédito, as pessoas gastam mais com os juros do que com o próprio valor do produto adquirido. Em termos práticos, às vezes pagam mais que o dobro. Dito de outra forma, compram a metade do que o dinheiro deles poderia comprar, se fosse à vista. No caso da frequente entrada no crédito rotativo, as pessoas pagam três ou quatro vezes o valor do produto.

Alguns exemplos ajudam a entender a dinâmica. O crediário cobra 129,29% para “artigos do lar” comprados a prazo. Quem se enforca com este nível de juros e recorre ao crédito pessoal nos bancos (64,2%) ou nas financeiras (138,18%), apenas se afunda na dívida acumulada. E se entra no cheque especial (297,18%) ou no cartão de crédito rotativo (318,50%), acaba de amarrar o nó no pescoço. Não por acaso, cresce o número de adultos com o nome “sujo”, que passou de 58,3 milhões em dezembro de 2016 para 63,3 milhões em maio de 2018, segundo dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC, 2017; 2018).

A conta é evidente: as famílias endividam-se muito comprando pouco. O principal motor da economia, a demanda das famílias, é travado. Com os juros praticados, a capacidade de compra é apropriada pelos intermediários financeiros e as famílias deixam de expandir o seu poder de consumo. Se a demanda é travada pelos altos juros para pessoa física, trava-se a economia no seu conjunto.

2.3. A ATIVIDADE EMPRESARIAL

O travamento da demanda das famílias tem efeito imediato nas iniciativas das empresas, que veem acumular seus estoques de produtos não vendidos. É natural que reduzam o ritmo de produção, o que afeta o emprego. A redução dos investimentos empresariais causa um impacto negativo ainda maior. Se a demanda é reduzida, por exemplo, em 5%, gerando uma insegurança quanto à perspectiva de produção, os investimentos novos caem muito mais, pois as empresas entram em compasso de espera e qualquer nova iniciativa é suspensa.

Os empresários efetivamente produtivos trabalham em geral com margens relativamente pequenas. Um fogão pode ser comprado a prazo por R\$ 840,00 e à vista por R\$ 420,00, já incluído o imposto de 40% e o lucro da loja, mas terá saído da fábrica a pouco mais de R\$ 200,00. O resultado é que quem não tem dinheiro para comprar à vista vai pagar mais de R\$ 800,00 por um fogão de R\$ 200,00. O produtor recebe pouco e terá dificuldades para expandir as atividades, pois o grosso do lucro vai para intermediários que, em vez de serem prestadores de bons serviços comerciais, transformam-se em financiadores, vendedores de crédito. Na prática, são atravessadores financeiros.

As taxas de juros para pessoa jurídica são tão escandalosas quanto aquelas para pessoa física. A Tabela 3 apresenta uma taxa praticada média de 63,08% ao ano, sendo 28,93% para capital de giro, 34,96% para desconto de duplicatas e 146,83% para conta garantida⁵. Aqui, é o investimento privado que é diretamente atingido. Ninguém consegue desenvolver atividades produtivas pagando este tipo de juros. As empresas acabam buscando o autofinanciamento, perdendo-se o motor de dinamização da economia, o crédito barato ao produtor.

5 - Existem linhas de crédito oficiais que compensam em parte a apropriação dos resultados pelos intermediários financeiros. O pequeno e médio empresário, em particular, vai buscar crédito na agência onde tem a sua conta. A busca por formas subsidiadas de crédito oficial não entra na sua esfera de decisão. Na zona do euro, o custo médio do crédito para pessoa jurídica é da ordem de 2 a 3% ao ano, diretamente acessível em qualquer banco.

TABELA 3 - TAXA DE JUROS PARA PESSOA JURÍDICA

LINHA DE CRÉDITO	JANEIRO DE 2018		FEVEREIRO DE 2018	
	TAXA MÊS	TAXA ANO	TAXA MÊS	TAXA ANO
Capital de Giro	2,12%	28,63%	2,14%	28,93%
Desconto de Duplicatas	2,55%	35,28%	2,53%	34,96%
Conta Garantida	7,76%	145,18%	7,82%	146,83%
TAXA MÉDIA	4,14%	62,71%	4,16%	63,08%

Fonte: ANEFAC, 2018, p. 4.

Além da baixa demanda e do crédito caro, um terceiro fator desestimula o produtor: ele tem a alternativa de aplicar no Tesouro Direto, que rende 6,5% ao ano⁶ para uma inflação de 3,5%, com liquidez total e risco zero. Mesmo descontada a inflação, trata-se de excelente remuneração, que permeia grande parte do empresariado e amplia a classe dos rentistas, dos que ganham sem precisar produzir, pois passam a ser remunerados pelos impostos, já que se trata do serviço da dívida pública. Uma alternativa que permite ao empresário ver o seu dinheiro render sem precisar enfrentar os esforços e riscos das atividades produtivas. A taxa de juros que incide sobre a dívida pública, portanto, pelo ônus que representa para o orçamento, trava o investimento público em infraestruturas e políticas sociais.

2.4 OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

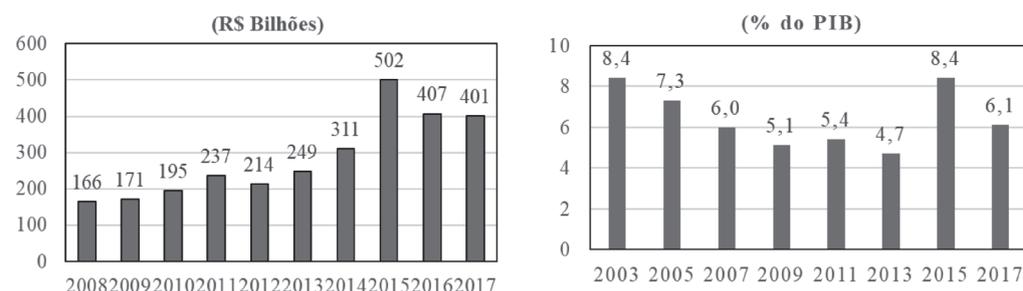
Em 1995, para compensar as perdas que os bancos sofreram no contexto da quebra da hiperinflação, o governo criou um mecanismo de financiamento da dívida pública com taxas de juros elevadas. Naquele contexto, os bancos capitavam recursos pagando muito pouco ao poupador e os aplicavam em títulos da dívida pública, que rendiam em média 23,4% ao ano, chegando a um pico de 44,95%, segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB, 1996-2018). Para pagar esses intermediários, o governo precisou aumentar os impostos, de tal sorte que a carga tributária, em porcentagem do PIB, subiu de 26,5% em 1996 para 32% em 2002 (MF/SPE, set. 2010). Na fase atual, o governo segue transferindo grande parte dos impostos para os bancos: nos últimos 10 anos, quase três trilhões de reais foram transferidos dos cofres públicos para remuneração de intermediários financeiros através de juros da dívida pública, algo em torno de 6% do PIB a cada ano, em termos médios, como ilustra a Figura 1.

Entender como este mecanismo trava a economia é bastante simples. O Brasil tem um PIB da ordem de R\$ 6,3 trilhões. Se o gasto com a dívida pública atinge 6,1% do PIB, como foi o caso em 2017, são cerca de R\$ 400 bilhões de impostos transferidos essencialmente para os grupos financeiros (Figura 1). Com isso, esteriliza-se parte significativa da capacidade de o governo financiar infraestruturas e políticas sociais. Além disso, a Selic elevada desestimula o investimento produtivo nas empre-

6 - Cabe lembrar que na maioria dos países do mundo, os títulos da dívida pública pagam entre 0,5% e 1% ao ano.

sas, pois é mais fácil ganhar com títulos da dívida pública. E para os bancos e outros intermediários é mais simples ganhar com a dívida do que fomentar a economia buscando bons projetos produtivos, o que exigiria identificar clientes e projetos, analisar e seguir as linhas de crédito, ou seja, fazer a lição de casa: usar os recursos dos poupadores para fomentar a economia. Os lucros extraídos da economia real pela intermediação financeira contaminam o conjunto dos agentes econômicos.

FIGURA 1 – JUROS PAGOS PELO SETOR PÚBLICO



Fonte: BCB, 2009-2016; Valente, 2018.

Fonte: BCB; IPEADATA apud Barbosa, 2018.

O conto passado para a população era de que o governo tinha de se comportar como a “boa dona de casa”, que só gasta o que tem. Mas o governo não gastava mais do que tinha com políticas públicas, e sim com juros. O novo governo passou a reduzir políticas públicas, mas não a transferência de dinheiro para os bancos. Agora, a Emenda Constitucional 95/2016 determina travar os gastos com políticas públicas, mas não os gastos com juros da dívida pública. Assim, o golpe só reforçou a sangria: são 3 anos de patinagem no fundo do poço.

Em termos de impacto econômico, os investimentos públicos e sociais são essenciais para dinamizar qualquer economia moderna. Os dois grandes eixos de dinamização na esfera pública são os investimentos em infraestruturas, como transportes, energia, telecomunicações, água e saneamento, e as políticas sociais, como saúde, educação, cultura, lazer, esportes, habitação, segurança e outras atividades que constituem investimentos nas pessoas e ampliação do consumo coletivo. Ao desviar uma grande parte dos recursos públicos para remunerar intermediários financeiros e rentistas, travou-se também este importante motor da economia.

Em termos políticos, esse mecanismo perverso tornou-se explosivo. Se inicialmente o sistema favorecia essencialmente os bancos, hoje, com a abertura de aplicações no Tesouro Direto para qualquer poupador, gerou-se uma massa de empresários e pessoas da classe média que se acostumaram a ver o seu dinheiro render a partir da elevada Selic. Quando Dilma tentou baixar os juros, que chegaram a 7,25% para uma inflação de 5%, a revolta foi geral, iniciando uma articulação entre crise financeira e crise política, uma aprofundando a outra.

É essencial entender que as pessoas de menor rendimento, 75% do país, aplicam muito pouco em produtos financeiros e mal conseguem fechar o mês, em particular pelo endividamento que as enforca. Esta população necessita vitalmente dos investimentos públicos e sociais. Quando os recursos que serviriam ao financiamento desses setores são desviados para quem tem importantes aplicações financeiras, o segmento mais rico, gera-se um aprofundamento das desigualdades, devolvendo o país para uma economia “de base estreita”, travando-se o objetivo de harmonizá-lo pela elevação social das massas populares.

2.5. A DIMENSÃO FISCAL

É de se pensar sobre o que acontece com tantos ganhos que param nas mãos dos meios financeiros. Se os bancos e outros favorecidos pelo sistema investissem esses ganhos em atividades produtivas de mercadorias e serviços, o resultado seria um forte crescimento econômico. Mas quando não são predominantemente reaplicados em produtos financeiros, são colocados no exterior, em paraísos fiscais, ao abrigo do fisco. Vale dizer, porquanto, que se pelo lado da despesa há um verdadeiro escárnio dos recursos públicos pelos intermediários financeiros, pelo lado da receita um dos graves problemas é a evasão por meio de fraude.

James Henry (2012) elaborou os dados mais confiáveis sobre evasão de recursos por meio de paraísos fiscais. Como ordem de grandeza, o estoque mundial de tais recursos equivale a algo entre 1/4 e 1/3 do PIB mundial. Esse estudo deixa claro que o Brasil não está isolado, nem é particularmente corrupto, mas os dados para o país impressionam: o estoque de recursos evadidos do Brasil para paraísos fiscais soma US\$ 519,5 bilhões (HENRY, p. 25) cerca de 26% do PIB. Dev Kar (2014, p. 7), por sua vez, estimou que aproximadamente 2% do PIB evadem anualmente do Brasil por meio de fraude. Estes recursos deveriam pagar impostos, que permitiriam ampliar investimentos públicos, e ser aplicados no fomento da economia⁷.

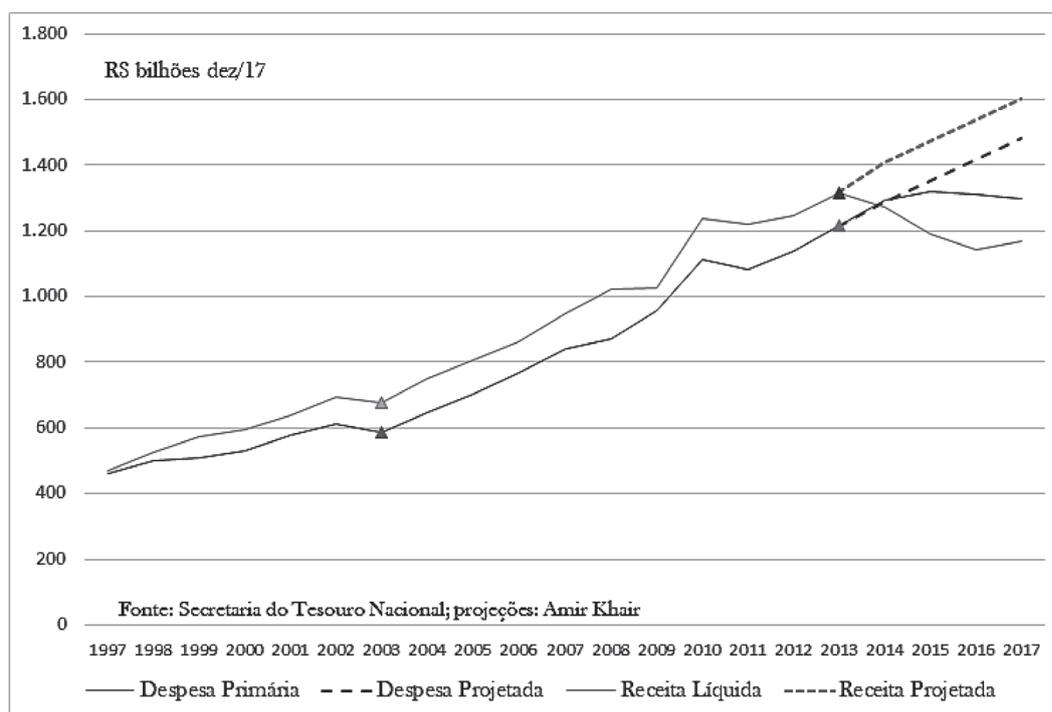
Outro problema que afeta a receita tributária é a sonegação fiscal. As estatísticas a esse respeito são divergentes, mas igualmente alarmantes. O Sindicato Nacional de Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ, 2017, p. 27), por exemplo, estimou a sonegação fiscal no Brasil em 9,1% do PIB; já a Tax Justice Network (TJN, 2011, p. 4), estimou em 13,4%. Segundo o levantamento da TJN, nesse quesito o Brasil só perde para a Rússia (FOLHAPRESS, 2013).

É bom lembrar que a questão fiscal foi agravada nos últimos anos em função da crise econômica que se abateu sobre o Brasil. O travamento dos motores da economia levou a uma queda substancial do PIB e, por conseguinte, da arrecadação tributária. Ao contrário do pensamento dominante, portanto, não foi o aumento da despesa que provocou déficit primário no Brasil, mas a queda na arrecadação, como ilustram os dados da Figura 5. Caso não tivesse ocorrido a recessão, a receita e a despesa

7 - Era o que previa o artigo 192º da Constituição Federal, revogado em 1999. Em 2016, o governo conseguiu repatriar o equivalente de 46 bilhões de reais, pouco, quando comparado ao estoque em paraísos fiscais.

continuariam conforme o indicado no gráfico, o que aponta para a necessidade de retomada do crescimento econômico como estratégia para o equilíbrio fiscal. A recessão ocorrida de 2015 a 2017 derrubou a arrecadação em R\$ 1.112 bilhões em valores de dezembro 2017, uma perda várias vezes superior ao propagado pelo governo como déficit primário nesses anos, fazendo crer que se tratava de aumento de despesas, quando ela pouco evoluiu.

FIGURA 5 - EVOLUÇÃO DA RECEITAS E DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL – 1997 - 2017



Acrescente-se o fato de que a própria incidência da tributação é profundamente deformada, centrada em impostos indiretos sobre o consumo, com muita fragilidade de tributação sobre lucros e dividendos. Enquanto trabalhadores assalariados têm o seu imposto retido na fonte, inexistente o imposto sobre a fortuna e é limitada a tributação sobre a herança.

No Brasil, segundo estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2009), quanto menos se ganha, mais imposto se paga. Isso fica evidente na Tabela 4, que mostra o quanto da carga tributária incide sobre a renda das famílias. Como se vê, à medida que a composição da renda cresce, a família consome menos da sua renda com tributos. Uma família com renda familiar de até 2 salários mínimos, segundo o estudo, gasta 53,9% do que ganha com tributos, mas quem ganha mais de 30 salários mínimos, gasta apenas 29%. Pode-se dizer que a carga tributária brasileira é inversamente proporcional à renda, penalizando mais os pobres e menos os ricos.

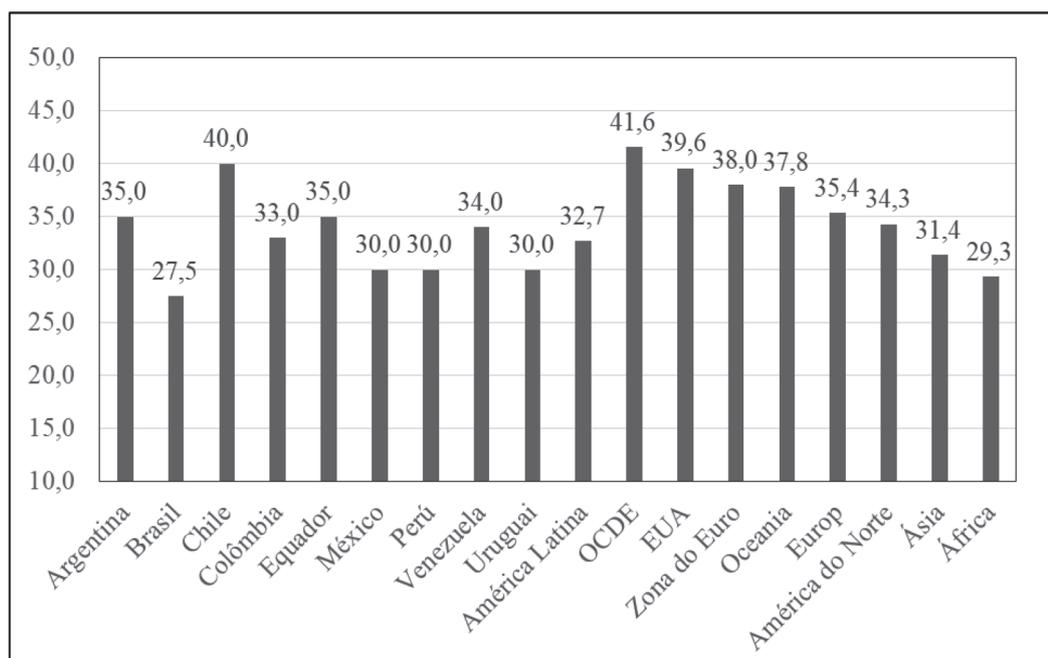
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DE CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA, SEGUNDO FAIXA DE RENDA FAMILIAR

Renda Mensal Familiar	Carga Tributária Bruta (2008)
até 2 SM	53,9
2 A 3	41,9
3 A 5	37,4
5 A 6	35,3
6 A 8	35,0
8 A 10	35,0
10 A 15	33,7
15 A 20	31,3
20 A 30	31,7
mais de 30 SM	29,0

Fonte: IPEA (2009, p. 3).

A disparidade é ainda maior quando considerados os super-ricos. Forastieri (2015), com base em estudo de Rodrigo Orair e Sérgio Gobetti, do IPEA, afirma que, enquanto um assalariado que ganha R\$ 5 mil por mês paga 27,5% em Imposto de Renda (IR), os super-ricos pagam apenas 6,51% do que ganham. Isso porque foram beneficiados pela Lei No. 9.064, de 20 de junho de 1995, que isentou lucros e dividendos do pagamento de impostos. Uma fábula de R\$ 196 bilhões (dados de 2013), que se fosse tributada com base na alíquota máxima de 27,5% do IR acrescentaria, aproximadamente, R\$ 54 bilhões por ano às receitas da União.

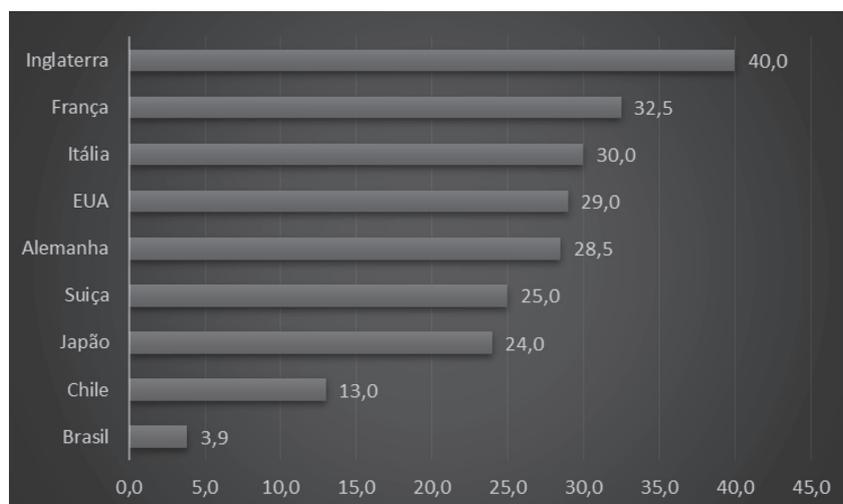
FIGURA 2 - ALÍQUOTA MÁXIMA DO IMPOSTO DE RENDA POR REGIÕES E PAÍSES DA AMÉRICA LATINA



Fonte: KPMG apud Khair, 2013, p. 45.

Outra disparidade diz respeito à alíquota máxima do IR. Como mostra a Figura 2, a alíquota do Brasil é uma das menores da América Latina (27,5%): a da Colômbia é 33%; da Venezuela, 34%; da Argentina, 35%; do Chile, 40%. Quando comparado com outras regiões do mundo, percebe-se que a alíquota do Brasil é menor até do que a da África (29,3%). O mesmo pode ser dito da alíquota do Imposto sobre Herança, que no Brasil é 3,9%, mas 13% no Chile, 29% nos EUA e 40% na Inglaterra, como ilustram dos dados da Figura 3.

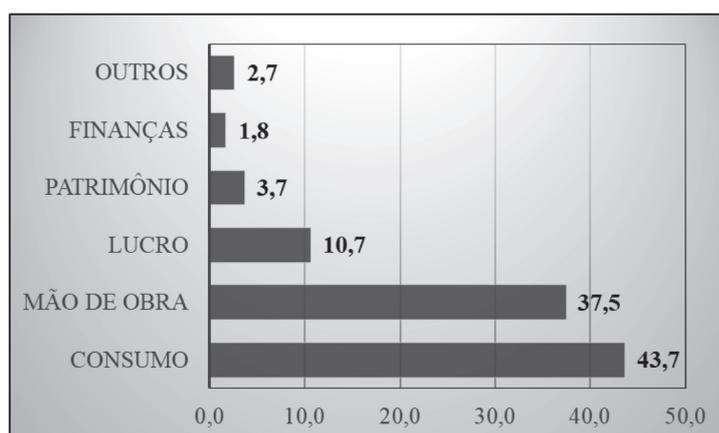
FIGURA 3 - ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE HERANÇA EM PAÍSES SELECIONADOS



Fonte: Brasil Econômico, 2014.

Por base de incidência, nota-se na Figura 4 que o consumo responde por 43,7% da carga tributária brasileira e a mão de obra por 37,5%. No período 2007-2012, a soma desses dois componentes foi responsável por 81,2% do total arrecadado, enquanto a incidência sobre o lucro foi de 10,7% e sobre o patrimônio, 3,7%⁸. Os impostos sobre consumo e mão de obra são regressivos e recessivos, já que penalizam os mais pobres e subtraem renda das famílias.

FIGURA 4 - CARGA TRIBUTÁRIA POR BASE DE INCIDÊNCIA – BRASIL - 2007-2012



Fonte: KPMG apud Khair, 2013, p. 20.

8 - Impostos sobre o patrimônio representam 10% da arrecadação tributária no Canadá, 10,3% no Japão, 11,8% na Coreia do Sul, 11,9% na GrãBretanha e 12,15% nos EUA (INESC, 2014, p. 21).

Na verdade, a modelagem tributária brasileira foi montada tendo por base o poder político das classes de maior renda, que dominam a mídia, o judiciário e formam maioria nas casas legislativas do país. Não se trata de deformações pontuais, mas de uma inversão de valores: tributam-se os mais pobres via impostos indiretos, que não se traduzem em maiores benefícios para essa mesma população por meio da melhoria dos serviços públicos e sim para tornar mais ricos os super-ricos. Esses, além de pagarem menos impostos, ficam com parcela expressiva da receita tributária pelo recebimento de juros da dívida pública. Não há como evitar a constatação de que estamos literalmente recompensando parasitas.

3. UM CAMINHO DE REFORMAS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO

Segundo o informe do Banco Central (BCB, 2018), o saldo das operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 3.062 bilhões em fevereiro de 2018. Sobre este estoque incidem juros, cujo valor médio no mesmo período era de 26,9% ao ano, o que significa dizer que a carga de juros pagos pelas pessoas físicas e jurídicas representa R\$ 824 bilhões, cerca de 13% do PIB. Somando-se estes 13% com os 6% desviados por meio do pagamento de juros da dívida pública, e descontados os segmentos de atividades que retornam ao circuito produtivo, não é exagero estimar que recursos da ordem de 15% do PIB são desviados de atividades econômicas para remunerar o rentismo improdutivo. A esses 15% devem ser somados 2% que evaporam anualmente na forma de evasão de divisas e uma sonegação fiscal de 9,1% totalizando uma sangria de 26,1% do PIB. Considerando o estoque de recursos em paraísos fiscais, a baixa alíquota do IR, a isenção de imposto sobre lucros e dividendos, a inexistência do imposto sobre fortunas e o fato dos impostos indiretos representarem a maior fatia da arrecadação tributária, tem-se uma situação que clama por mudanças.

Assim, entendemos que é preciso resgatar a produtividade da intermediação financeira e remodelar a estrutura tributária brasileira. Estas seriam condições indispensáveis para a recuperação da capacidade de financiamento do Estado e do dinamismo da economia brasileira e para a retomada do crescimento econômico e a consequente redução do desemprego e das desigualdades econômicas e sociais. Nestes termos, é importante que se promovam mudanças profundas tanto na esfera financeira quanto na estrutura tributária. O desafio será a retomada do crescimento e a promoção do desenvolvimento com compromisso socioambiental.

3.1. REALIZAR UMA AMPLA E PROFUNDA REFORMA FINANCEIRA

Resgatar a produtividade da intermediação financeira, por meio do estancamento do dreno dos recursos desviados de atividades econômicas para o rentismo improdutivo, não é uma tarefa fácil, mas é possível inspirar-se em experiências positivas, exemplos que funcionam em outros países. Não aprender com outros, nessa

era de busca por novos caminhos, seria pouco inteligente. Resgatar o controle do sistema financeiro é uma condição necessária para qualquer opção mais ampla que se queira assumir, pois se trata de resgatar os meios que permitem assegurar a produtividade do conjunto.

Antes de mais nada, como sugere Dowbor (2017), seria preciso coibir o sistema de agiotagem. E, para isso, existem armas poderosas. A primeira é estabelecer limites para as taxas de juros, de sorte que o custo financeiro seja sempre menor do que o aumento da produtividade que o financiamento permite, ao ponto de estimular investimentos produtivos em detrimento do parasitismo econômico. A segunda é reduzir a Selic e com ela o vazamento dos recursos públicos para os intermediários financeiros e rentistas improdutivos. Trabalhando com juros decentes, os intermediários financeiros poderiam ter ganhos legítimos. Reinvestindo esses ganhos financeiros em atividades produtivas de mercadorias e serviços, em vez de multiplicar produtos financeiros, tais ganhos encontrarão a sua viabilidade econômica no longo prazo e de maneira sustentável.

O início de um processo de redução expressiva das taxas de juros passa pela redução imediata nas taxas de juros ao tomador final na rede de bancos públicos, contribuindo para fragilizar o cartel dos bancos privados e obrigando-o a reduzir os juros estratosféricos em sintonia com os padrões internacionais. A ampliação dos clientes e a redução da inadimplência podem garantir expressivo ganho aos bancos oficiais e levar os seus concorrentes a rever sua estratégia concorrencial para não perder mercado. Simultaneamente, pode ser reduzido o depósito compulsório dos bancos que reduzirem as taxas de juros, melhorando a liquidez da economia.

Outra ação imediata é ampliar a base monetária com emissão de moeda em vez de títulos da dívida, como fazem tanto os países desenvolvidos como a China para ampliar o poder competitivo de suas empresas. Essas ações podem repercutir sobre o ânimo empresarial e contribuir para o crescimento em bases saudáveis dos investimentos privados.

Um bom sistema de intermediação financeira é aquele que promove a saúde econômica de quem a ele recorre. Desse ponto de vista, é preciso gerar um instrumento capaz de avaliar de maneira coerente o impacto do fluxo financeiro integrado do país sobre os motores da economia. Como recomendou o Papa Francisco (2018), o sistema tem que operar com a máxima transparência, de modo que cada agente possa saber como são empregados os seus recursos, se para fins produtivos ou especulativos, e conhecer o grau de risco dos produtos financeiros que os subcrevem. A regulação pública deve munir-se de instrumentos jurídicos capazes de coibir ações erradas, inclusive declarando ilegítimas, com a consequente responsabilização patrimonial dos responsáveis, atos cuja finalidade seja a manipulação das normas vigentes.

Espelhando-se na China, o Brasil poderia estabelecer os marcos de um sistema financeiro controlado e orientado pelo interesse público, que permita a indução de inversões produtivas e a compreensão e acompanhamento dos diversos subsistemas financeiros, centrado no efeito multiplicador econômico e social de cada unidade monetária investida, inclusive com a instituição de um banco nacional como ferramenta de orientação de grandes fluxos e de um sistema público de financiamento descentralizado, permitindo uma gestão local flexível e eficiente e baixas taxas de juros. Foi esse modelo que ofereceu a base financeira e o equilíbrio macroeconômico que permitiram à China promover a dinamização econômica e social, centrada no suporte à produção, na expansão de direitos e em fortes investimentos em infraestrutura.

Espelhando-se na Alemanha, o Brasil poderia ainda estabelecer parâmetros para a criação e multiplicação de caixas de poupança e bancos cooperativos, de propriedade e controle locais. Essas pequenas instituições locais representam 70% do sistema bancário alemão e são legalmente obrigados a investirem localmente e impedidos de aplicações especulativas, de modo que só podem crescer e prosperar em parceria com a economia produtiva local. Um sistema, portanto, que torna úteis as poupanças e as emissões de dinheiro. Que não drena, mas dá suporte à atividade econômica, especialmente às pequenas e médias empresas.

Também o Brasil já produziu experiências que poderiam ser estimuladas, como os bancos comunitários de desenvolvimento e de microcrédito produtivo e solidário. O Banco Palmas em Fortaleza/CE e o Banco do Povo Crédito Solidário em Santo André/SP são exemplos de iniciativas bem-sucedidas nessa área. Mostram como recursos pequenos, mas capilares, chegando ao pequeno produtor com juros baixos, podem ter efeitos impressionantes.

Exemplos como estes da Alemanha, da China e do Brasil indicam que a apropriação do uso dos recursos financeiros pela sociedade é essencial. Representa um esforço de reorientação do sistema financeiro nacional, cujo objetivo deve ser canalizar os recursos financeiros para onde são úteis e geram efeitos multiplicadores. Tratamento especial deve ser dado aos fundos de pensão, que estão autorizados pelo Conselho Monetário Nacional a aplicarem até 100% dos recursos em títulos da dívida pública. Mudar essa regra poderia estimular esses fundos a investirem em atividades produtivas. Raciocínio semelhante deve ser aplicado às seguradoras, aos planos de saúde e a outros sistemas de apropriação privada de bens de consumo coletivos. O sistema financeiro deve servir o conjunto da sociedade e não o rentismo parasitário.

3.2. REALIZAR UMA AMPLA E PROFUNDA REFORMA FISCAL

Do mesmo modo que a reforma financeira é importante para resgatar a produtividade da intermediação financeira, a reforma fiscal é de extrema relevância

para a recuperação da capacidade de financiamento do Estado e do dinamismo econômico e para a promoção da justiça social. Como dito anteriormente, o Brasil tributa os mais pobres para tornar mais ricos os super-ricos, que além de pagarem menos impostos ficam com parcela expressiva da receita tributária pelo recebimento de juros da dívida pública. A exemplo do sistema financeiro, portanto, urge remodelar a estrutura tributária brasileira, profundamente deformada.

Para tanto, seria necessário implementar uma agenda que promova o ajuste fiscal não pela via dos cortes nos gastos públicos, mas pela ampliação das receitas, incluindo o fim da isenção de impostos sobre lucros e dividendos, a tributação sobre grandes heranças e fortunas, a tributação do capital financeiro improdutivo e o combate à evasão e à sonegação fiscal. Em outras palavras, racionalizar a incidência e fiscalizar o pagamento de tributos. Além de recuperar a capacidade de financiamento do Estado e do dinamismo econômico, uma reforma como esta permitiria a desoneração dos tributos incidentes sobre o consumo e a mão de obra, com a consequente redução do caráter regressivo e recessivo da carga tributária brasileira. Em suma, buscar a justiça social, favorecendo quem produz e taxando quem só acumula.

Uma política tributária equilibrada na cobrança e reorientada na aplicação dos recursos constitui um dos instrumentos fundamentais de que se dispõe, sobretudo porque pode ser promovida por mecanismos democráticos. O eixo central não está na redução dos impostos e sim na cobrança socialmente mais justa e na alocação mais produtiva em termos sociais e ambientais.

A taxação das transações especulativas deverá gerar fundos para financiar uma série de políticas essenciais para o reequilíbrio social e ambiental. O imposto sobre grandes fortunas é hoje essencial para reduzir o poder político das dinastias econômicas. O imposto sobre a herança é fundamental para dar chance a partilhas mais equilibradas para as sucessivas gerações. O imposto sobre a renda deve adquirir mais peso relativamente aos impostos indiretos, com alíquotas que permitam efetivamente distribuir a renda.

O poder redistributivo do Estado é grande, tanto pelas políticas que executa quanto pelas que pode fomentar. Fundamental é a política redistributiva que envolve política salarial, de previdência, de crédito e de emprego. No caso brasileiro, constatou-se que volumes relativamente limitados de recursos, quando chegam à “base da pirâmide”, são incomparavelmente mais produtivos, tanto em termos de redução de situações críticas e consequente aumento de qualidade de vida, como pela dinamização de atividades econômicas induzidas pela demanda local.

O Brasil tem no seu amplo mercado interno uma gigantesca oportunidade de expansão, especialmente de base popular. A massa da população tem muito nível quantitativo e qualitativo de consumo a atingir, tanto em termos de consumo “de bolso”, a partir da renda disponível, como do consumo coletivo com mais acesso

à educação, saúde e outros bens públicos. Esse mecanismo pode ser estimulado por meio de programas de distribuição de renda e inclusão produtiva, entre outras medidas. A eficácia deste processo sobre o andamento geral da economia ficou evidenciado nos dois Governos Lula e no primeiro Governo Dilma, que tiraram da pobreza dezenas de milhões de pessoas, gerando uma dinâmica de forte crescimento que financiou as próprias políticas sociais. Tornou-se moda repetir que esse processo se esgotou, como se o pouco que a massa de pobres do país pôde avançar fosse um teto. Mas nada como dar uma volta em bairros populares, ou consultar as estatísticas no Data Popular, que estuda o nível de consumo do andar de baixo, para se dar conta da idiotice que esse argumento representa.

Nesta perspectiva, entendemos que é preciso resgatar e ampliar os programas de distribuição de renda e inclusão produtiva. Além de tirar os pobres da miséria, os recursos direcionados à base da pirâmide dinamizam a micro e a pequena produção, agindo como processo anticíclico, fomentando a produção e promovendo o desenvolvimento socioeconômico. Ao dinamizar a demanda na base da sociedade, as transferências de renda geram a dinâmica econômica que termina por cobrir os seus custos. O resultado de longo prazo será uma geração de crianças alimentadas decentemente, o que se transformará em melhor aproveitamento escolar e maior produtividade na vida adulta. É o dinheiro mais bem investido que se possa imaginar.

Toda pessoa que queira ganhar o pão de cada dia deve ter acesso ao trabalho. Num país onde há tanto a fazer, é absurdo o número de pessoas sem acesso a formas organizadas de produzir e gerar renda. A dimensão de geração de trabalho e renda de todas as iniciativas econômicas tem de se tornar central. Ter um trabalho é mais do que dinheiro no bolso: é ter um lugar na sociedade. Experiências como o Programa Nacional de Agricultura Familiar, o Programa Territórios da Cidadania e o Programa Brasil Sem Miséria, entre outros, já se mostraram viáveis. Se combinados com reformas estruturas de base, como reforma agrária e urbana, as famílias poderiam viver decentemente e a sociedade ser melhor estruturada e menos tensionada. Numa sociedade mais equilibrada, todos viverão adequadamente.

3.3. FAVORECER A MUDANÇA DE COMPORTAMENTO INDIVIDUAL

Não há dúvidas que uma reforma financeira e uma reforma fiscal nos moldes propostos anteriormente seriam capazes de resgatar a produtividade da intermediação financeira no Brasil, recuperar a capacidade de financiamento do Estado e permitir a retomada do crescimento econômico e a promoção do desenvolvimento social. Restaria criar condições para que esse profundo processo de mudanças seja combinado com o devido compromisso socioambiental.

Desde a revolução industrial há uma elevação da temperatura média do planeta, provocada pela emissão de gases do efeito estufa; um processo que foi acelerado nos

últimos anos: dados indicam que o século XX foi o período mais quente da história, com o aumento de 0,7°C na temperatura média do planeta. Num cenário otimista, as previsões para o século XXI são de que a temperatura aumentará 1°C, podendo chegar a 4°C num cenário pessimista. Com o aumento da temperatura, há o derretimento das calotas polares e com isso a elevação do nível dos oceanos, que por sua vez provoca desastres naturais, causando a redução da biodiversidade. As alterações climáticas exercem impacto também sobre a agricultura, uma vez que o aumento da temperatura do planeta ameaça o cultivo de plantas, que combinadas com o excesso de chuvas em alguns períodos e longas estiagens em outros, podem agravar o problema da fome. A Terra mostra a sua fragilidade. E nós, a nossa irresponsabilidade ou impotência.

O Brasil não está alheio a esse processo, já que está entre os países mais poluidores do mundo. Indústria, energia e transportes são grandes emissores de gases de efeito estufa, mas a maior contribuição negativa do Brasil para o aquecimento global é o desmatamento e a atividade agropecuária. Há muito a ser feito nesta ceara. Além de medidas de adaptação, como os acordos de cooperação, as iniciativas devem incluir a adoção de planos setoriais de mitigação e adaptação e controle de desmatamento, especialmente na Amazônia e no Cerrado. Tecnologias como o sistema de cisternas do Nordeste, de aproveitamento das biomassas, de sistemas menos agressivos de proteção dos cultivos, de produção agroecológica sustentável, entre outras, constituem um vetor de mudanças da cultura dos processos produtivos.

Mas é preciso que haja mudança de comportamento individual e da cultura do consumo. O respeito às normas ambientais, a moderação do consumo, o uso inteligente dos meios de transporte, a generalização da reciclagem e a redução do desperdício são formas de organização do nosso cotidiano que passam por mudança de valores e de atitudes. Parte dessa mudança depende de ações públicas: as pessoas não deixarão o carro em casa se não houver transporte público adequado e não farão reciclagem se não houver sistemas correspondentes de coleta e reutilização. Precisamos de uma política pública de mudança do comportamento individual.

Obviamente, para dar cabo do desafio de recuperar a capacidade de financiamento do Estado e permitir a retomada do crescimento econômico e a promoção do desenvolvimento social com compromisso socioambiental, seria de fundamental importância resgatar a capacidade pública de planejamento. Ao colocar em público e antecipadamente as opções de desenvolvimento e permitir que sejam discutidas, o planejamento seria condição necessária para um processo decisório democrático. O imenso progresso que já se conseguiu em termos de capacidade técnica de organizar informação e de torná-la disponível para toda a sociedade abre um amplo leque de oportunidades para um sistema de alocação de recursos centrado no bem comum, na democracia econômica, na eficiência da gestão e no equilíbrio socioambiental.

COORDENAÇÃO:
LAERTE FEDRIGO
E LADISLAU
DOWBOR

REFERÊNCIAS

ANEFAC - Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. Pesquisa de juros. Fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.ane-fac.com.br/uploads/arquivos/2018315161835543.pdf>.

BARBOSA, Nelson. Juros pagos pelo setor público: o total caiu em proporção do PIB, mas os pagamentos reais continuaram a subir em 2017. Blog do IBRE, 05 fev. 2018. Disponível em: <http://blogdoibre.fgv.br/posts/juros-pagos-pelo-setor-publico-o-total-caiu-em-proporcao-do-pib-mas-os-pagamentos-reais>.

BCB – Banco Central do Brasil. Boletim do Banco Central do Brasil. Relatório Anual 2008 – 2015. Brasília: BCB, 2009–2016.

_____. Histórico das taxas de juros 1996–2018. Brasília: BCB, 1996–2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>.

_____. Estatísticas monetárias e de crédito. Março de 2018. Brasília: BCB, 26 mar. 2018. Disponível em: www.bcb.gov.br/htms/notecon2-p.asp.

BRASIL ECONÔMICO. No Brasil, imposto sobre herança é um dos menores do mundo. São Paulo: Brasil Econômico, 03 jun. 2014. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/finanças/meubolso/2014-06-03/no-brasil-imposto-sobre-heranca-e-um-dos-menores-do-mundo.html>.

DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Desempenho dos Bancos 2013 – 2017. São Paulo: DIEESE, 2013-2017.

FOLHAPRESS. No mundo, Brasil só perde para Rússia em sonegação fiscal, diz estudo. Valor Econômico, 09 nov. 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3333552/no-mundo-brasil-so-perde-para-russia-em-sonegacao-fiscal-diz-estudo>.

FORASTIERI, André. Conheça os super-ricos e saiba como você financia a fortuna deles. Carta Maior, 01 set. 2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?Editoria/Economia/Conheca-os-super-ricos-e-saiba-como-voce-financia-a-fortuna-deles-/7/34390>.

HENRY, James S. The price of offshore revisited. Appendix III – Key Charts. Tax Justice Network, jul. 2012. Disponível em: [http://www.taxjustice.net/cms/upload/pdf/Appendix %203%20-%202012%20Price%20of%20Offshore%20pt%201%20-%20pp%201-59.pdf](http://www.taxjustice.net/cms/upload/pdf/Appendix%20Price%20of%20Offshore%20pt%201%20pp%201-59.pdf).

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas. Receita pública: quem paga e como se gasta no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

KAR, Dev. Brasil: fuga de capitais, fluxos ilícitos e as crises macroeconômicas, 1960-2012. Global Financial Integrity, set. 2014. Disponível em: <http://www.gfintegrity.org/wp-content/uploads/2014/09/Brasil-Fuga-de-Capitais-os-Fluxos-Il%C3%A9citos-e-as-Crises-Macroecon%C3%B4micas-1960-2012.pdf>.

KHAIR, Amir. A questão fiscal e o papel do Estado. São Paulo: FPA, 2013.

MIRANDA, José C. Dinâmica financeira e política macroeconômica. In: TAVARES, Maria da C.; FIORI, José L. (orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 243-275, 1997.

MF/SPE - Ministério da Fazenda/Secretaria de Política Econômica. Evolução da Carga Tributária Bruta 1990 – 2009. Brasília: MF/SPE, set. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/arquivos/evolucao-da-carga-tributaria-sec.pol.econ.-min.fazenda>.

OXFAM. Recompensem o trabalho, não a riqueza. Oxfam Internacional, Jan. 2018. Disponível: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza_Resumo_Word.pdf

PAPA FRANCISCO. Considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro. Cidade do Vaticano, 2017. Disponível em: <http://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2018/05/17/0360/00773.html#portoghese>.

SAFLATE, Claudia. O pesado custo da concentração bancária. Valor Econômico, 16.03.2018. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/5388765/o-pesado-custo-da-concentracao-bancaria>.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. Resultado do Tesouro Nacional – Série Histórica 1997-2018. Disponível em: <http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/resultado-do-tesouro-nacional/resource/527ccdb1-3059-42f3-bf23-b5e3ab4c6dc6>.



SINPROFAZ - Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional - Sonegação no Brasil – Uma Estimativa do Desvio da Arrecadação do Exercício de 2016. Brasília: SINPROFAZ, mar. 2017. Disponível em: <http://www.quantocostaobrasil.com.br/artigos-pdf/sonegacao-no-brasiluma-estimativa-do-desvio-da-arrecadacao-do-exercicio-de-2016.pdf>.

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito. País encerra maio com 63,29 milhões de inadimplentes, mostra indicador do SPC Brasil e CNDL, 11.06.2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/4768%20%20>.

_____. Inadimplência desacelera em 2016 e fecha dezembro com 58,3 milhões de brasileiros negativados, mostram SPC Brasil e CNDL, 10/01/2017. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/2415>.

TJN - Tax Justice Network. The cost of Tax Abuse. A briefing paper on the cost tax evasion worldwide. TJN, nov. 2011. Disponível em: <http://www.taxjustice.net/wp-content/uploads/2014/04/Cost-of-Tax-Abuse-TJN-2011.pdf>.

VALENTE, Gabriela. Apesar de redução pelo segundo ano seguido, juros da dívida pública ficam em 400 bi em 2017. Rio de Janeiro: O GLOBO, 31.01.2108. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/apesar-de-reducao-pelo-segundo-ano-seguido-juros-da-di-vida-publica-ficam-em-400-bi-em-2017-22349466#ixzz-5FvKAQEqw>.

PROJETO
 BRASIL 
POPULAR

GT DE
JUVENTUDE

JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL: TRABALHO, AJUSTE FISCAL E VIOLÊNCIA

INTRODUÇÃO

O presente texto é fruto do acúmulo coletivo dos integrantes do GT Juventude do Projeto Brasil Popular. De antemão ressaltamos as dificuldades circunscritas a pensar uma categoria relativamente “nova”. Em outros momentos da história, transitava-se precocemente entre a infância e a vida adulta, e essa relação era mediada pela inserção no trabalho. Portanto, o avanço e o desenvolvimento das sociedades modernas – com maior aumento da produtividade do trabalho e da emergência de políticas sociais – fez surgir um setor novo na sociedade, que não é caracterizado nem pela infância, nem - necessariamente – pela inserção produtiva, ainda que isso ocorra muitas vezes.

Assim, como jovens somos parte do desafio de ser e pensar essa categoria social que denominamos de “Juventude”, ainda que acreditemos não ser prerrogativa apenas dos jovens pensar a sua própria condição. Dessa forma, nosso GT conta com jovens (do ponto de vista da faixa etária), mas também “Não-Jovens”, que contribuem com a experiência e o acúmulo no tema. Ainda que não se encerre em um olhar específico da concepção de juventude, esse texto privilegia três elementos-chave que são importantes para pensar a juventude atualmente, a saber: Trabalho, políticas de austeridade fiscal e violência.

O texto que segue, além de uma pequena reflexão sobre a concepção de juventude e sua transversalidade, percorre outros três temas, a saber: Juventude e trabalho; Juventude e políticas de austeridade fiscal; Juventude e violência.

Como desafios, ainda, estamos avançando no debate de outros dois pontos que julgamos perpassar de forma intensa a vida dos jovens, quais sejam, a educação e a cultura, objetos de um próximo texto debatido e elaborado pelo GT.

JUVENTUDE: QUESTÕES DE CONCEPÇÃO E TRANSVERSALIDADES

A nossa concepção de juventude passa por um processo de definição conceitual que tem impactos sobre a caracterização e organização desse segmento. É uma classe? É caracterizada por um período etário? É um subgrupo? É uma fase mediada por uma consciência social própria?

Essas são questões que devem ser identificadas pelo grupo. Para tanto, queremos fugir de um “sociologismo” que contribuiu pouco para avançar no debate. Precisamos de um conceito que dê conta da historicidade da categoria e que consiga lançar luz sobre o seu diagnóstico atual.

Assim, partimos da concepção (ainda em formulação) de que a juventude é caracterizada por um período da vida dos sujeitos em que estamos mais vulneráveis a uma série de condições. Aqui retratamos três delas: a juventude sofre, especialmente, com a desestruturação do mercado de trabalho, com as políticas de austeridade e com a violência – principalmente a juventude pobre e negra.

Entretanto, esse mesmo momento de vulnerabilidade social é também um período de mobilização de forças na busca da sua transformação. Sem o risco de cair em um romancismo, acreditamos que a juventude carrega uma semente de contestação. Por diversos motivos, inclusive a idade, os jovens parecem não naturalizar de forma tão intensa as desigualdades da sociedade. Assim sendo, há uma maior disposição da juventude de lutar por um mundo melhor, acreditando nas possibilidades de mudanças sociais. Ainda nessa concepção, a juventude tem uma maior predisposição de organizar-se. Se compreendermos esse elemento geral, a juventude é marcada pela característica de organização, seja em grupos musicais, em bondes, em bandas. Ou seja, a necessidade de reconhecimento social passa por encontrar os “pares” com os quais compartilham, entre outras coisas, desejos de transformação coletiva. Assim, é um desafio acessar e organizar a juventude, buscando canalizar esse sentimento de indignação e de organização para transformações realmente substanciais.

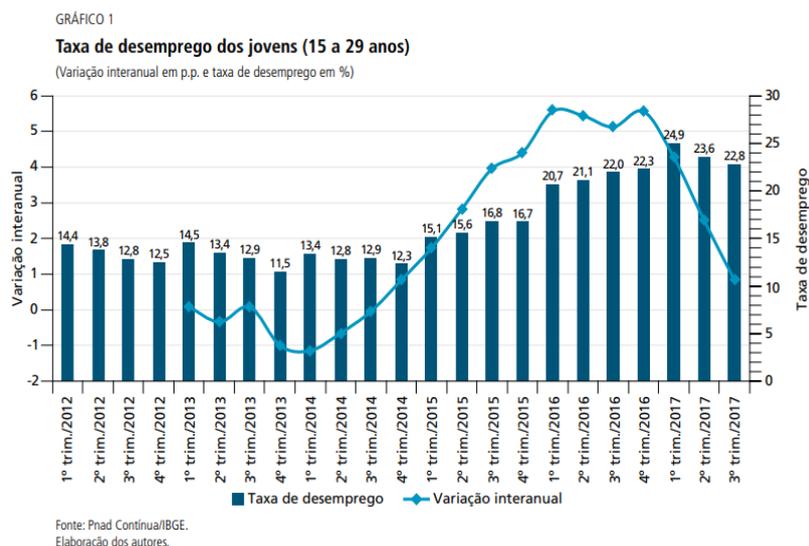
Refletir e acumular conhecimento em torno da temática da juventude exige necessariamente avançar na intersecção das opressões estruturais que sobre ela recaem. Dessa forma, o olhar sobre a juventude deve avançar para a análise das demais interfaces que a caracterizam, tais como a opressão racial e de gênero. A juventude não é um bloco monolítico com homogeneidade na caracterização, mas um segmento diverso, que precisamos conceituar melhor, levando em conta suas particularidades e a transversalidade das temáticas raciais e de gênero.

JUVENTUDE E TRABALHO

O trabalho tem centralidade na vida da juventude. Mesmo aquela parcela que só estuda, essa também pensa no trabalho como um horizonte de curto e médio prazo. Além disso, a inserção da juventude no mundo do trabalho reforça algumas desigualdades existentes na sociedade – principalmente as de classe – e serve de variável de ajuste em períodos de crise ou recessão prolongada.

Durante o período de crescimento econômico nos anos 2000, reduziu-se a participação da juventude no mercado de trabalho, sobretudo entre os jovens de 15 a 17 anos. Essa redução converge com uma tendência das duas décadas anteriores, fruto de fenômenos demográficos, mudanças na estrutura produtiva brasileira e mudanças culturais; todavia, foi o crescimento da renda das famílias nos anos 2000 que permitiu uma saída sustentada dos jovens do mercado de trabalho, à medida que reduzia a necessidade de sua contribuição na composição da renda familiar. Entre os anos de 2006 e 2013, a participação dos jovens de 15 a 29 anos reduziu 6,4%, e entre os jovens de 15 a 17 a redução foi de 23,9%. No mesmo período, verifica-se uma ampliação de 14,2% nos anos de escolaridade das pessoas com idade entre 25 e 29 anos.

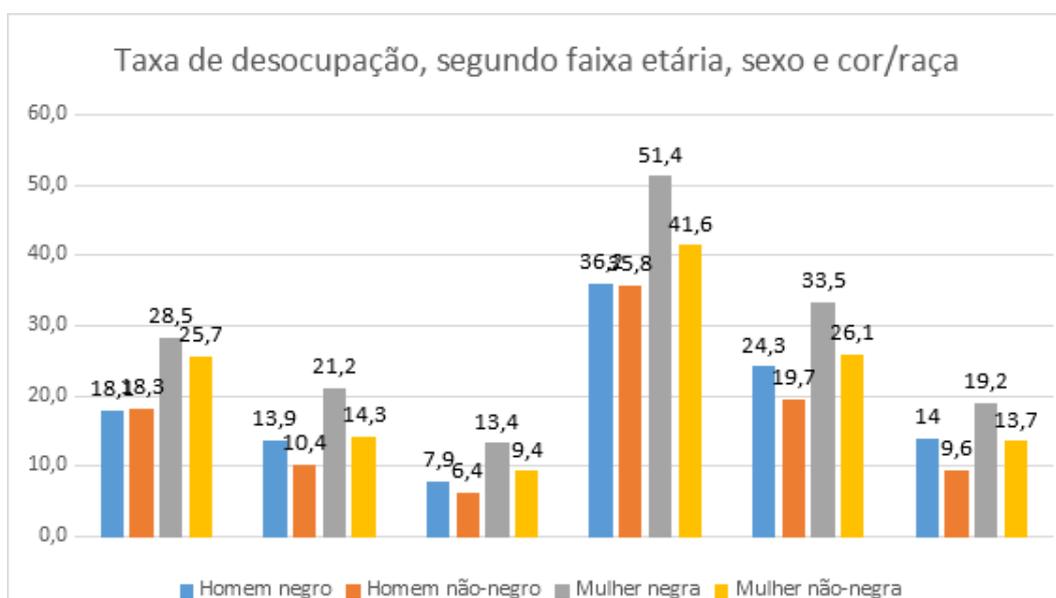
Se a economia começa a dar sinais de desaquecimento em 2011 e gera efeitos na estrutura social já em 2013, ela começa a impactar o mercado de trabalho propriamente dito apenas a partir do final de 2014. Nesse período o desemprego dos jovens de 15 a 29 anos inicia uma escalada até o começo de 2017, partindo de uma taxa de desemprego de 12,3% no 4º trimestre de 2014 e chegando a 24,9% no primeiro trimestre de 2017. Se utilizarmos o indicador de subutilização da força de trabalho para medir a desocupação dos jovens, constatamos que dois em cada três jovens de 15 a 17 anos e dois em cada cinco jovens de 18 a 24 anos buscam emprego sem sucesso.



Assim, o período de baixo desemprego chega ao fim no Brasil, confirmando a tese de que o crescimento dos anos 2000 não foi capaz de romper com algumas características estruturais do mercado de trabalho, marcado por elevado desemprego, baixos salários, elevada taxa de informalidade e alta rotatividade. Convivendo com maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, a juventude é a mais afetada pela crise, sobretudo os que estão no começo de sua vida laboral.

Durante o período de maior crescimento econômico, verificou-se uma redução da participação da juventude no mercado de trabalho, o que permitiu uma ampliação da escolarização mesmo entre os jovens mais vulneráveis. Porém, a crise impôs ingresso ou reingresso no mercado de trabalho, a fim de contribuir na composição da renda familiar. Ao buscar um espaço no mundo do trabalho os jovens deparam-se com a insuficiência de oferta de trabalho, que provocou uma explosão nos níveis de desemprego juvenil. A taxa de desemprego entre jovens de 15 a 17 anos cresce 20%, partindo de 21,6% em 2014, atingindo 41% em 2017.

A elevação do desemprego impacta de forma mais contundente as mulheres e negros. Em 2012, mesmo com um quadro de baixo desemprego, a desigualdade no mercado de trabalho persistia. Com o aprofundamento da crise econômica, setores com maior nível de vulnerabilidade são mais afetados pelo desemprego, alargando a desigualdade conforme a crise se aprofunda. As jovens mulheres sofrem com maior desemprego em todas as faixas etárias, quadro que se acentua quando se trata de uma jovem negra. Em 2017, mais da metade das jovens negras na força de trabalho estavam desempregadas. O gráfico abaixo também demonstra como a redução da atividade econômica amplia as desigualdades entre as faixas etárias, uma vez que os jovens adolescentes precisam buscar ocupação em detrimento da dedicação aos estudos.



Fonte: PNAD – Elaboração Própria.

Em síntese, os efeitos do golpe de 2016 continuam cumprindo seu papel de reverter os avanços sociais e econômicos dos anos 2000. O retorno do desemprego, que provoca a redução dos salários e ampliação da informalidade, reproduz as características históricas de nosso mercado de trabalho, aprofundando a heterogeneidade estrutural e o subdesenvolvimento brasileiro. Manter elevados níveis de desemprego entre a juventude gera efeitos desestruturantes em todo o mercado de trabalho, por ampliar o contingente de trabalhadores dispostos a ofertar sua força de trabalho por menores níveis salariais e piores condições de trabalho. Ações como a reforma trabalhista e a regulamentação da terceirização nas atividades fins evidenciam que o golpe ocorreu com o claro objetivo de penalizar os trabalhadores pela crise, buscando deles retirar as condições necessárias para reivindicar manutenção de direitos e maior parcela dos excedentes socialmente produzidos.

DESAFIOS:

- Retardar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, construindo políticas públicas que auxiliem em sua permanência nos estudos por mais tempo;
- Políticas públicas para os jovens no mercado de trabalho, criando legislações que protejam o emprego dos jovens contra demissões e barrem o avanço da rotatividade;
- Criação de políticas públicas tais como “Bolsa Trabalho”, em que o jovem recebe um bolsa para fazer um curso profissionalizante ofertado pelo Estado e como contrapartida ele desempenha tarefas comunitárias. Assim, é possível avançar na lógica de suprimento de algumas necessidades sociais, possibilitar a qualificação do jovem e retirá-lo da condição de aumento da pressão entre os desempregados;
- Políticas Públicas de criminalização à discriminação salarial e que avancem na criação de mecanismos que estimulem a contratação de jovens, especialmente de jovens mulheres e de negros(as).

4. JUVENTUDE, NEOLIBERALISMO E AUSTERIDADE

Além dos impactos mais substanciais vivenciados pela juventude no mercado de trabalho – principalmente o desemprego e a maior rotatividade –, a juventude tem sido fortemente afetada pela crise econômica e pelas políticas de austeridade. O golpe tem como eixo da sua política econômica o enfrentamento ao Estado desenvolvimentista e suas políticas sociais. O corte de gastos públicos não apenas não resolve o problema fiscal do Estado e a relação Dívida Pública/PIB, como a aprofunda, na medida em que o corte de gastos gera queda de receita e tudo isso contribui para uma maior paralisia e para o desaquecimento da economia.

A Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos) é uma grande ameaça à classe trabalhadora e ao futuro da juventude. Dentre as despesas primárias congeladas com a EC 95, as principais são as que envolvem Saúde, Educação e Previdência Social. Dessa forma, congelar gastos com Educação é sinalizar que uma política pública que acompanha o período inteiro de “ser jovem” será submetida a uma lógica de ajuste, negligenciando as possibilidades de avançar na educação pública, de qualidade e universalizada. No que tange à Previdência o cenário também é desolador. Para que seja possível o Novo Regime Fiscal, será necessário uma reforma da previdência, aumentando a idade de aposentadoria e estendendo a obrigatoriedade de anos de contribuição. Isso levará os jovens a ingressarem mais cedo no mercado de trabalho, prejudicando suas possibilidades de dedicação ao estudo e ao lazer.

Além disso, a perspectiva de cortar gastos como solução única para a crise econômica em que se encontra o Brasil atinge outras políticas que não somente as contidas na rubrica das despesas primárias. Políticas como Passe Livre estudantil na cidade de São Paulo, por exemplo, foram extintas em nome da solvência das finanças do município, e tem impactos sobre a possibilidade de permanência dos estudantes na educação formal ou mesmo de acesso à cidade e suas possibilidades de exercício da sociabilidade e do lazer. Os jovens, principalmente os da periferia, serão mais afetados com as políticas de corte de gastos levadas adiante pelo governo golpista de Temer, impactando sobremaneira a educação, o lazer, os equipamentos públicos e a seguridade social.

DESAFIOS:

- Inverter a lógica econômica atual, que identifica no corte de gastos – das despesas primárias do Estado – a única saída para o controle do problema fiscal do Estado;
- Ampliação, e não redução, do acesso aos jovens à educação pública, especialmente a democratização do Ensino Superior, possibilitando não somente o ingresso, mas as condições de permanência estudantil;
- Avançar nas políticas públicas que possibilitem aos jovens o amplo acesso às possibilidades de lazer e interação, ampliando a lógica de utilização dos espaços públicos e criando condições para isso, dentre as quais o Passe Livre é uma delas;
- Criação e melhorias de mais espaços públicos de sociabilidade, rompendo com a lógica da sociabilidade privada e ocupando os espaços abertos e gratuitos.

5. JUVENTUDE E SEGURANÇA PÚBLICA

Ainda que tenha havido nos últimos anos significativos avanços no Brasil em termos de políticas públicas voltadas para juventude, com a ampliação da escolarização e do acesso a níveis superiores de ensino, aumento das condições de emprego e elevação do acesso a bens e serviços, assistimos à persistência de indicadores desvantajosos para o segmento populacional dos jovens, em especial dos jovens negros. Ao mesmo tempo em que identificamos melhorias nas condições de vida da juventude brasileira, verificamos também que tais conquistas seguem ameaçadas pelos insistentes índices de violência; pela baixa representação de jovens negros em espaço de decisão política e por mudanças institucionais abruptas que sistematicamente têm interrompido exitosas iniciativas em função de sobressaltos políticos e disputas institucionais.

O grande desafio da juventude brasileira hoje passa por construir agendas sustentáveis de inclusão, superação das desigualdades e garantia de vida segura e participação nos espaços de poder. Trata-se de um desafio político e social que exige a reversão dos estereótipos negativos que atingem a população negra e a construção de estratégias de empoderamento deste segmento.

Os índices de violência no Brasil são gigantescos, superiores aos de países em guerra. Segundo dados oficiais, no ano de 2016 ocorreram mais de 60 mil mortes violentas no Brasil, ou seja, 7 pessoas assassinadas a cada hora em todo o país. É como se apenas no ano de 2016 tivesse ocorrido no Brasil o mesmo número de mortes ocorridas na explosão da bomba nuclear na cidade de Nagazaky em 19459.

Dessas mortes, 81% ocorreram contra pessoas com idade entre 12 e 29 anos, 99% contra pessoas do sexo masculino e 76,2% contra pessoas negras. Trata-se de um número assustador e bastante concentrado no segmento populacional de jovens, negros, do sexo masculino o que já reduz a expectativa de vida de homens negros em função das taxas de homicídio no seu segmento mais jovem¹⁰ e que compromete os avanços conquistados pela juventude negra ao longo dos anos em termos de políticas públicas:

É preciso estar vivo para desfrutar de direitos. É preciso ser livre para usufruir a democracia. É preciso não ser discriminado para ampliar habilidades e conhecimento como seres humanos. No caso brasileiro, a violação de direitos, expressa nas manifestações cotidianas e generalizadas de racismo e de discriminação racial, é a base da violência letal a que a população negra é submetida.

As análises sobre os contextos de violência nos quais se insere a juventude negra brasileira não deixam de apontar essas correlações. É possível afirmar que todos os esforços institucionais para promover o desenvolvimento inclusivo e melhorar as condições de vida da população negra no Brasil se esvaem frente aos indicadores perversos de mortalidade nos segmentos mais jovens¹¹.

9 - FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017, São Paulo: [s.n.], 2017.

10 - Ibid.

11 - BRASIL, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Subsídios para o debate: III Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília: [s.n.], 2013.

Tal cenário também pode ser constatado a partir de dados qualitativos coletados em pesquisas de opinião com a juventude brasileira. Segundo a pesquisa “Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013”, da Secretaria Nacional da Juventude, a violência é apontada pelos jovens brasileiros como a sua maior preocupação¹², ao passo que, segundo a mesma pesquisa, 51% dos entrevistados declaram já ter perdido algum parente ou amigo de forma violenta, 21% destes em decorrência de homicídios, a maioria contra pessoas de mesma idade (primos, irmãos, amigos).

Ao separar, dentre as causas de mortes, aquelas que se referem a assassinato, observa-se que ¼ da população jovem do Brasil carrega a condição de ter tido uma pessoa muito próxima vítima de homicídio. Isso configura uma experiência geracional de alta dramaticidade, que explica o peso que o tema da violência alcança dentre as preocupações dos jovens¹³.

A saída desse conjunto de problemas e desafios passa fundamentalmente pela reversão da escalada punitivista que nos últimos anos ganhou expressivo destaque na agenda política e social do nosso país. Um projeto popular para o Brasil na área da segurança pública e da sua interface com o tema da juventude precisa ter em conta:

DESAFIOS:

- Controle das armas e munições por meio da fiscalização das regras de produção e comercialização e, ao mesmo tempo, através da fiscalização efetiva das fronteiras e de políticas de desestímulo à compra de armas em território nacional;
- A necessidade de produção de estatísticas criminais confiáveis elaboradas por meio de Institutos Públicos de caráter permanente, formado por servidores públicos de carreira e protegidos das mudanças de governo;
- Aprimoramento da investigação criminal com foco na elucidação de homicídios, ampliando as ações de inteligência policial, reduzindo o uso da força ostensiva e do encarceramento provisório e qualificando as ações de combate aos grupos de extermínio e à violência policial;
- Reforma das polícias por meio de uma revisão da Constituição Federal, com destaque para a desmilitarização das polícias, unificação das carreiras e criação de regras claras de papéis e de atribuições dos profissionais;
- A urgência de interromper a política de guerra às drogas com um amplo debate sobre a legalização e sobre a elaboração de uma política de saúde pública voltada à prevenção ao uso abusivo de drogas e às políticas de redução de dano.

12 - NOVAES, Regina et al. (Orgs.), Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças, 1a. Rio de Janeiro: Unirio, 2016.

13 - Ibid.

PROJETO
 BRASIL 
POPULAR

GT DE
GT RELAÇÕES
INTERNACIONAIS,
INTEGRAÇÃO
REGIONAL E DEFESA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS, INTEGRAÇÃO REGIONAL E DEFESA

1 . RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

O Brasil é apenas um país no mundo. Ninguém discorda dessa afirmativa, mas na prática, paramos pouco para pensar o quanto os acontecimentos ao redor do mundo impactam no país e, por sua vez, refletem na vida cotidiana do povo. A forma como o Brasil deve se comportar nesse ambiente internacional é o que conforma uma política internacional.

Somos um país de passado colonial e escravocrata, com muitos períodos de ditadura. Mas como deixar de ser assim? Um exemplo é a escolha dos países com quem nos relacionamos e como acontecem essas relações. Para muitos, ser o quintal dos Estados Unidos é o suficiente, pois as casas por lá teriam gramas sempre verdes. Não é nossa escolha no Projeto Brasil Popular. E mais: denunciemos que as gramas estadunidenses parecem verdes porque são de plástico e, portanto, não servem nem como casas para minhocas. Entretanto, sabemos que eles e outros países do Norte são mais fortes que o Brasil sob alguns pontos de vista, como o de equipamentos militares. Entendemos que apenas junto aos países com passado de exploração semelhante ao nosso poderemos nos libertar das amarras internacionais que nos acorrentam. É para isso que devem servir nossas relações internacionais.

O preço do pão, da gasolina, e de todas as mercadorias que usamos é marcado pelo que acontece no mundo. Nossas riquezas naturais são um passaporte para um futuro melhor. Entretanto, também despertam a cobiça de outros países. Para eles, basta vir ao nosso país, sugar as riquezas de nossas terras para depois simplesmente irem embora. As mineradoras são um exemplo: deixam para trás a destruição ambiental e comunitária, enormes buracos. Em outro modelo, qualquer minério extraído no Brasil, antes de ser vendido a outros países, deveria ser beneficiado aqui, gerando empregos melhores; essa mineração deveria ser controlada, para não destruir o meio ambiente, mas para construir um ambiente melhor. Sobre qualquer produto brasileiro cabe o mesmo raciocínio, pois são decisões que impactam diretamente na vida do nosso povo.

Não se trata de uma escolha entre ser o rabo do tubarão ou a cabeça da sardinha, mas sim de se posicionar lado a lado com os países do “resto global” que, na verdade, são a maioria, lutando em busca da construção de um mundo mais justo, no qual impere a paz e onde todos tenham oportunidades e o direito a uma vida boa.

2 . ELEMENTOS ESTRATÉGICOS E NOSSOS PRINCÍPIOS

- **Democracia, igualdade, autonomia, desenvolvimento, integração regional, paz e multilateralismo** devem ser as pedras basilares das relações internacionais do Projeto Popular para o Brasil.
- As relações internacionais do Projeto Popular para o Brasil devem ter como objetivo a **autonomia e independência**. Ou, em outras palavras, deve ser anti-imperialista, anti-colonialista, anti-racista e feminista.
- O Projeto Popular para o Brasil deve ter como ponto de partida a **autonomia** do Estado face aos interesses externos. A autonomia pressupõe a capacidade do Estado de decidir sobre as políticas nacionais e seu posicionamento internacional sem intervenção externa. A **soberania nacional** só existirá de verdade sob a égide da autonomia decisória. Autonomia não é isolamento.
- A inserção autônoma do Brasil no Sistema Internacional deve estar conectada ao **desenvolvimento** do país, priorizando as áreas sociais, desenvolvimento científico e tecnológico, distribuição de renda e aprofundamento da democracia, condicionando o crescimento econômico ao incremento do bem-estar social. O projeto de **desenvolvimento nacional** e a estruturação de uma **política externa** de inserção **autônoma** e soberana são lados de uma mesma moeda.
- As áreas prioritárias da **política externa** e da **política de defesa** devem ser orientadas para as áreas de interesse estratégico, respectivamente: a **América do Sul** e o **Atlântico Sul**. Também deve **buscar alianças** como os países do **Sul Global**.
- As relações internacionais estatais devem buscar a **cooperação, diversificação de produtos e parceiros** (sejam eles comerciais, financeiros ou tecnológicos), **dissuasão** a ameaças externas, sempre evitando o confronto, recorrendo a meios pacíficos e diplomáticos na **resolução e mediação de conflitos**.
- O Estado brasileiro deve **respeitar a soberania e a autodeterminação dos povos**, sem **jamais permitir intervenções externas** em outros países, muito menos deve atuar neste tipo de ação. **Os direitos humanos** não podem ser utilizados como uma justificativa política para a intervenção das potências imperiais contra outros países. As crises humanitárias são graves e sérias, criadas pelos próprios atores hegemônicos das relações internacionais, que depois utilizam essa situação para intervir na realidade dos países que lhes interessam. O Brasil precisa **atuar respeitando sua tradição pacífica e diplomática**, posicionando-se como mediador em busca da estabilidade e da **resolução negociada dos conflitos**.

- Nas relações internacionais deve-se **lutar contra as desigualdades** do comércio, da economia e da política internacional. Não podemos aceitar acordos, organismos internacionais, regimes desiguais e de interesses unilaterais no sistema internacional.
- As relações internacionais devem ser compostas pela **Política Externa** e pela **Política de Defesa**. Ambas, entendidas como políticas públicas, devem subordinar-se e coordenar-se a uma grande estratégia de país: **não é possível pensar uma política internacional desvinculada do desenvolvimento nacional**. O Projeto Popular para o Brasil deve orientar a formulação da Política Externa e da Política de Defesa. Por sua vez, a Política de Defesa deve partir de uma **concepção estratégica unitária das forças armadas**, evitando a fragmentação entre a marinha, o exército e a aeronáutica, ou seja, priorizando opções estratégicas de emprego conjunto das forças.
- As **forças armadas** devem ser subordinadas ao **controle civil**, orientadas irrevogavelmente por **valores democráticos** e em consonância com o projeto de **desenvolvimento nacional**.
- As **forças armadas** compõem um dos **instrumentos da defesa nacional**. A **Política de Defesa** definirá os **meios**, a **estrutura**, a **doutrina** e a **forma de emprego** dos meios militares. **Defesa e segurança pública são atividades extremamente distintas**. A primeira atua contra o inimigo externo a segunda protege o cidadão. Nossa diretriz deve ser **aumentar** nossa **capacidade dissuasória** contra **inimigos externos**.
- O desenvolvimento de **novas tecnologias** de defesa deve ser parte da estratégia e política de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Brasil deve priorizar o desenvolvimento de uma sólida **Base Industrial de Defesa (BID)**, condicionando parcerias externas que incluam **transferência de tecnologias**, preferencialmente as tecnologias que permitam o **uso dual** (militar e civil). Deve-se buscar a **cooperação regional** no desenvolvimento e produção de **produtos de defesa**, em consonância com o interesse na **integração regional**. Devem ter protagonismo as iniciativas que visem o **reequipamento** das forças armadas, o desenvolvimento de tecnologias do **setor aeroespacial** e de monitoramento espacial, assim como a defesa do **ambiente cibernético e informacional**.
- A busca por autonomia está ligada a uma estratégia de defesa nacional que deve se pautar, no campo militar, **exclusivamente em relação às ameaças externas**. A Política de Defesa nacional deve englobar a **soberania do território nacional** e o controle dos **recursos naturais estratégicos**, para que este sirvam aos interesses do **povo brasileiro** e garantam a **independência nacional**.
- Os **recursos naturais** devem ser tratados como prioridades estratégicas para o projeto de desenvolvimento nacional. Desta forma, os **instrumentos de defesa** devem ser empregados para sua proteção, assim como na defesa de **estruturas estratégicas**, **centros populacionais** e **fronteiras**:terrestres, marítimas e o espaço aeroespacial.

- A exploração dos **recursos naturais** deve caminhar em busca de **modelos sustentáveis** de produção, aliado ao desenvolvimento tecnológico e à **preservação ambiental**. Os biomas nacionais são **patrimônios estratégicos** e devem estar no foco da política de defesa, valendo-se da cooperação com **povos originários, quilombolas, populações ribeirinhas e trabalhadores do campo** na preservação e desenvolvimento de formas inovadoras de exploração sustentável e proteção do território nacional.
- A **relação com os Estados vizinhos** deve levar em conta que o Brasil faz limite com quase todos os Estados da região da América do Sul, por isso manter a estabilidade política é fundamental. Além disso, dado o tamanho do território, da população e da economia do Brasil, é preciso buscar a cooperação e a solidariedade a fim de diminuir as assimetrias entre o Brasil e a região e contribuir para a integração.
- A **Integração regional** e a defesa da **independência nacional** não podem ser tomadas como dinâmicas contraditórias, mas sim, **complementares**. A **integração regional** é um dos pilares do projeto popular para um Brasil soberano, autônomo e independente.
- O Projeto Popular para o Brasil deve estar intimamente atrelado à **construção da cooperação e integração regional sul-americana**, visando construir uma região autônoma, com **estabilidade política, democracia, desenvolvimento e paz**. A integração regional deve compreender iniciativas nos campos **político, econômico, produtivo, infraestrutura, social e cultural**, buscando a **cooperação** e a **complementaridade**, inclusive na área de defesa.
- Deve-se buscar **mecanismos de resolução pacífica de conflitos**, bem como priorizar o diálogo na América do Sul, cultivando a paz, a democracia e o respeito à autodeterminação dos povos na região. Também devem ser fomentadas iniciativas de **construção de concepções estratégicas convergentes** em relação à **segurança regional**, cooperando para o desenvolvimento de meios de defesa e na **dissuasão conjunta** frente às **ameaças extra regionais**.
- A integração regional deve ter como objetivo a **integração dos povos**, garantindo iniciativas de construção de **solidariedade e articulação** entre os **movimentos populares, sindicalismo e partidos políticos**. A integração regional não deve ser pautada somente em políticas dos Estados ou governos, deve **incluir a participação social, através de organizações e movimentos da sociedade civil**.
- A **participação popular** deve estar na base da Política Externa e da Política de Defesa brasileiras. As relações internacionais devem ser praticadas prioritariamente pelo Estado brasileiro, mas com **total respeito à para diplomacia** e à atuação internacional de estados da federação, municípios, empresas e pelas organizações da sociedade civil, movimentos populares, sindicais e partidários. Estratégias de inserção internacional podem ser auxiliadas e coordenadas pela infraestrutura das Relações Exteriores do Brasil.

3 . POLÍTICA EXTERNA E O PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

Historicamente a atuação internacional do Estado brasileiro priorizou a subordinação em relação às grandes potências, especialmente Europa e Estados Unidos, em detrimento da criação de laços e processos duradouros e profundos com os Estados periféricos e, sobretudo, com a América Latina.

Durante o século XX a aliança e a subordinação com o imperialismo aprofundaram a dependência econômica, financeira e tecnológica do país, resultando na baixa autonomia política do Estado para a gestão das políticas macroeconômicas e sociais. Salvo alguns governos nos quais a busca pelo desenvolvimento garantiu ao Estado brasileiro maior autonomia para decidir sobre a política doméstica através da diversificação de parceiros e da luta pela democratização, igualdade e paz no cenário internacional.

A aproximação entre o Estado brasileiro e argentino e a defesa da integração regional veio a ser realidade apenas a partir dos anos 1980 com a redemocratização nos dois países, abrindo espaço para a construção do Mercosul nos anos 1990 e à formação da Unasul em 2008. Estes processos contribuíram para o arquivamento da proposta do Estados Unidos de criação de uma Área Livre Comércio das Américas (ALCA), bem como de propostas como a criação de uma força armadas regional (uma espécie de 'OTAN dos pobres') e fomentaram a cooperação regional na busca pelo desenvolvimento, autonomia e democracia.

A relação do Estado brasileiro com os Estados africanos no reconhecimento dos laços históricos, sociais e econômicos, principalmente na questão do combate ao racismo e da luta pelo desenvolvimento, também só encontrou um lugar especial nos governos Lula e Dilma (2003-2016). Antes disso, o Estado brasileiro pouco contribuiu para o reconhecimento das lutas de libertação dos Estados africanos, somente em 1974, no governo Geisel, é que houve o reconhecimento da independência de Angola, e depois disso a relação com o continente foi bastante pautada pelos interesses em exportação de manufaturas e pela internacionalização de empresas brasileiras para aqueles territórios, especialmente, as construtoras, a Vale e a Petrobrás.

Nos governos do PT, portanto, houve um novo direcionamento em busca da aproximação com Estados dependentes através da construção de processos de integração regional como a Unasul, a criação de alianças e coalizões políticas como o G-20, o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e o grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Com essas iniciativas foi possível se contrapor à acordos desiguais de comércio, investimentos e defesa da propriedade intelectual como a ALCA, Mercosul -União Europeia e Organização Mundial e Comércio, e arquivar

propostas de instalação de bases estrangeiras no território nacional, como o protocolo 505 da base de Alcântara, no Maranhão. Além disso, deu-se início à construção de projetos políticos de integração regional, como o Conselho e a Escola de Defesa Sul-americana ligada à Unasul, e fortaleceram-se iniciativas de cooperação política com os Estados Africanos, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFOME).

A política externa foi alvo de críticas da oposição e da frente política que operou o golpe de 2016, que passou a cunha-la de “ideológica”, “isolacionista” e “bolivarianista”. Por este motivo, a primeira mudança do governo Temer deu-se na relação com a Venezuela, inaugurando uma nova dinâmica de enfrentamento hostil ao país vizinho e promovendo movimentações de enfraquecimento dos processos de integração regional. Em seguida veio a candidatura do Brasil para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo de países ricos que defendem a proteção e promoção dos investimentos externos e para isso impoem uma série de alterações legislativas e políticas, além da defesa do avanço nas negociações entre o Mercosul e a União Europeia.

O governo de Jair Bolsonaro tem dado destaque para uma agenda própria, particular, de política externa, imprimindo uma mudança radical. Perpassa tal agenda não apenas o abandono das relações sul-sul e a retomada da subordinação aos Estados Unidos, como também tem defendido uma política contra o multilateralismo ou o “globalismo”, como diz o atual ministro das relações exteriores em defesa do chamado “Ocidente” cristão. Neste quadro, chama a atenção a tentativa de mudança da embaixada de Israel para Jerusalém, negando a política brasileira de defesa da criação do Estado palestino, em consonância com as decisões da ONU.

Além disso, a permissão para a instalação da base militar de Alcântara, da cessão onerosa do pré-sal, e a venda das empresas estatais como a Embraer e a Petrobrás atacam fortemente a soberania e autonomia nacional. Um elemento de forte preocupação tem sido a defesa da invasão da Venezuela por parte dos Estados Unidos, com a sinalização da subordinação do Estado brasileiro ao imperialismo e rupturas dos princípios de defesa da autodeterminação dos povos e da estabilidade regional.

Tendo isso em vista, defendemos que a **prioridade da política externa seja a integração autônoma da América Latina, o aprofundamento dos laços com o continente africano**, tendo como princípio a luta antirracista, e a **construção de alianças com os povos**. A política externa deve ser baseada nos princípios de diversificação de parcerias, cooperação e busca de autonomia e desenvolvimento.

Todos estes fatores devem estar atrelados ao processo de democratização e participação social da política externa. Entendemos que as relações internacionais tem um impacto direto na vida do povo brasileiro (via acordos comerciais e de investimento, pela presença do capital externo na economia brasileira, pelos regimes e compromissos de defesa da propriedade intelectual firmados, etc.). Esta é uma política pública e, por isso, as decisões e ações do Estado na esfera internacional devem se submeter à participação e consulta popular. O Ministério das Relações Exteriores não pode ter a função exclusiva sobre esta área.

4 . DEFESA E O PROJETO POPULAR

A discussão sobre a defesa nacional está profundamente ligada ao debate sobre o desenvolvimento nacional soberano. Quem defende uma pátria que não lhe garante emprego, segurança, saúde, educação, transporte? Entretanto, neste texto, nos atemos a uma visão estrito sensu de defesa nacional. Considerando que o Brasil não é parte ativa de nenhum conflito internacional, a estratégia de defesa brasileira deve ser pautada pela dissuasão, e não deve ter fins contenciosos. Em outras palavras, cabem medidas para desestimular outros países de tomarem iniciativas bélicas contra o Brasil, pois caso isso ocorresse, os “custos” seriam altos demais.

O Brasil tem três documentos importantes na área de defesa que expressam um salto de qualidade com relação ao período anterior: a Estratégia Nacional de Defesa, a Política Nacional de Defesa e o Livro Branco. Neles, por exemplo, foi ressaltada a importância do desenvolvimento nacional, da integração das três forças sob o comando do Ministério da Defesa, da necessidade de um complexo industrial militar de defesa, da dedicação a três áreas específicas – nuclear, cibernética e aeroespacial, assim como o desenho dos “três espaços geopolíticos prioritários” para o Brasil: América do Sul, Atlântico Sul e os BRICS.

Algumas limitações foram encontradas nesses processos de elaboração, como a baixa participação da sociedade civil (mesmo através do parlamento), a heterogeneidade entre as três forças armadas, o baixo poder (ou desejo/capacidade de exercício de poder) político civil sobre as forças armadas e, uma questão especialmente importante para o campo popular, manteve-se e até ampliou-se a possibilidade de emprego das forças armadas em questões internas.

A atuação das forças armadas vem se concentrando em duas margens. A primeira, de manutenção da ordem interna, uma ordem que por si mesma é desigual e injusta. A segunda margem é a atuação nas fronteiras, focada no combate a delitos transnacionais e em uma política de guerra às drogas, como no Projeto Calha Norte (focado na Amazônia), no Sistema Integrado de Controle de Fronteiras (Sisfrom) e nas Operações Ágata (maior atividade brasileira, mobilizando 30 mil militares). Nessa margem, situa-se a delicada questão dos refugiados, que não deveriam ser vis-

tos como ameaças a segurança, portanto, não deveriam ter como primeiro contato com o Estado Brasileiro as forças armadas. As duas margens são influência doutrinária estadunidense.

Isso leva a questão da necessidade de uma perspectiva regional na defesa nacional. No âmbito regional há até possibilidades de fortalecimento da tecnologia e da ciência e de afirmação de autonomia. Houve um movimento nessa direção, mas as instituições criadas não chegaram a se consolidar (UNASUL, CDS, CELAC, ESUDE).

Durante os governos petistas, algumas medidas foram tomadas principalmente no que diz respeito à base industrial de defesa, ao orçamento e reequipamento das ffaa, e na cooperação regional, como a criação do Conselho Sul-americano de Defesa. Por outro lado, alguns temas foram grandes pedras no relacionamento com as ffaa, com destaque para o positivismo, Levante de 1935, Guerra Fria, Luta Armada e, principalmente, a Comissão Nacional da Verdade.

Com a crise de 2008, a ascensão de um modelo multilateralista, a descoberta do Pré-Sal e o aprofundamento da integração regional; cresceu também o assédio doutrinário dos Estados Unidos aos militares brasileiros. Para os estadunidenses, o papel das forças armadas latino-americanas é de contenção do inimigo interno desde a Guerra Fria. Por influência dos americanos, as forças armadas são, por exemplo, mais pró-americanas que pró latino-americanas. Isso é facilmente observável na missão de paz do Haiti, que serviu como escola para o posterior engajamento das tropas brasileiras nas favelas cariocas. Um último desafio é construir uma práxis/doutrina eminentemente brasileira, e não cópia do que fazem os países do norte, em outras condições.

5 . QUESTÃO MILITAR E DEMOCRACIA

O Estado concentra os instrumentos de força, que devem ser usados para basicamente duas tarefas: a primeira, proteger os interesses do país contra inimigos externos, tarefa das forças armadas; e a segunda, garantir a ordem e segurança interna, protegendo os cidadãos, função que caberia à polícia. Essa perspectiva tradicional de defesa jamais aconteceu no Brasil. Por aqui, respaldadas pelas diversas Constituições, as forças armadas sempre foram também responsáveis pela ordem interna, o que se intensificou com a Guerra Fria. Elas sempre interviram na política, na maioria das vezes através de golpes. Entender essas questões é pensar os militares na democracia brasileira.

A América do Sul é uma região de relativa paz no que se refere aos conflitos entre Estados, mas de muita violência no interior dos Estados. Na combinação de paz externa e guerra interna, o Brasil é exemplo único: nosso país conseguiu desenhar seu

território através da diplomacia e sem enfrentar nenhum grande conflito, mesmo sendo o terceiro do mundo em número de vizinhos (10 países). Já no que se refere à paz interna, somos uma região recordista em violência. Segundo o relatório divulgado em março de 2018 da ONG mexicana “*Seguridad, Justicia y Paz*”, 42 (84%) entre as 50 cidades mais violentas do mundo estão na América Latina e destas 17 (40%) estão no Brasil. Isso sem falar na já histórica violência no campo e contra os populações tradicionais. Soma-se a isso a violência como traço determinante da formação social brasileira, marcada pela escravidão. Uma grande parcela da população brasileira vive sem cidadania, excluída das políticas públicas e de direitos em geral.

Nesse ambiente, as forças armadas sempre se mantiveram próximas do poder político ou assumindo elas mesmas sua direção, como no golpe de 1964, que impôs um governo militar, autoritário e burocrático. Os militares mantiveram o controle inclusive durante o processo de transição para o governo democrático, com a imposição da auto-anistia. O melhor exemplo disso foi o poder das forças armadas durante o processo constituinte que elaborou a Constituição de 1988. Elas mantiveram na legislação, em seu artigo 142, entre suas funções a de fiadoras da legalidade e da ordem, além de todo um aparato legal que regula a própria autonomia militar e naturaliza a presença castrense no cotidiano político nacional.

Afinal, o que seria garantir a ordem? Isso não está escrito em nenhum documento legal, mas o que se pode interpretar, baseado nas experiências pregressas de atuação das forças armadas em missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), é que os pobres em busca pelos seus direitos são os perturbadores da ordem e, portanto, devem ser contidos. A vigente Lei de Segurança Nacional (Lei 7170/83), por exemplo, informa no artigo 22 que fazer propaganda da luta de classes é crime de perturbação da ordem. E, assim, alimenta-se a cultura autoritária que busca no que é aparentemente mais organizado – as forças armadas – a pacificação de toda desordem.

Essa separação entre a atuação para fora e para dentro do Estado é fundamental. As forças armadas são treinadas para a guerra. Na guerra, uma mera distração (um acidente de trabalho possível em qualquer profissão) pode resultar na morte do soldado. Nesse sentido, o soldado deve matar quase que por reflexo, matar para não morrer. Já o agente de segurança pública, deve ser treinado e armado não para matar, mas para garantir a liberdade dos cidadãos e, mesmo quando um cidadão comete um crime, deve ser preso, ter a sua integridade preservada e encaminhado para as medidas cabíveis sob a lei.

A crescente demanda por segurança por parte dos cidadãos, que se veem acuados tanto pelo aumento da criminalidade quanto pela violência policial, redundou no cada vez mais frequente uso das forças armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem. Previstas na Constituição, reguladas por leis complementares e portarias, as GLO são instrumento constante de segurança interna, contabilizando 133

operações entre 1992 e 2008, em movimento ascendente desde o segundo governo Lula. Seu auge foi com a intervenção federal no Rio de Janeiro, cujos resultados são o aumento da violência e da força no cotidiano das comunidades. Nos documentos que regulam a ordem interna e o emprego das forças armadas, são definidos as chamadas Forças Oponentes (FOpn) como “pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio” – após repercussão negativa, a expressão foi substituída por “agentes da perturbação da ordem pública” (Apop). Substitui-se o termo, mas o conteúdo permanece inalterado. A simples leitura destes documentos indica que a própria lei está redefinindo um inimigo, que é interno, e que se na década de 1960 eram os comunistas ou mesmo os democratas, atualmente podem ser os movimentos populares ou o inimigo de ocasião escolhido.

Cabe lembrar que o principal mecanismo de construção de cidadãos é a educação. E a educação militar jamais foi tocada pelos civis, portanto, segue pensando o inimigo interno. Da mesma maneira, segue forte o positivismo e a Doutrina de Segurança Nacional na formação militar, através do qual as forças armadas se pensam com “reserva moral do país”, acima das ideologias, responsáveis por combater uma revolução da esquerda que sempre está em curso, ideias presentes ainda antes de 64. “Já o fizemos antes, o faremos de novo”.

Existe uma crença generalizada de que as forças armadas são essencialmente nacionalistas. No entanto, há diferentes definições de nacionalismo e também de pátria. Os militares que estão no poder têm uma noção vazia de pátria, e um nacionalismo declaratório. Confundem pátria com território, sem a nação e sem seu povo.. O nacionalismo desenvolvimentista que existia nas forças armadas na época, por exemplo, da campanha do petróleo, também foi vítima do golpe de 64 que, antes de mais nada, fez uma intensa “limpeza interna”.

6 . O CAMPO POPULAR E AS RIS

Desde o século XIX, as organizações do campo da esquerda - partidos, sindicatos, movimentos populares, entre outros – constroem diversas experiências de articulação internacional, que chamamos de internacionalismo. São ações de solidariedade e articulação, especialmente de lutas anti-imperialistas, que demonstram que o exercício das relações internacionais não é uma exclusividade dos Estados, mas é também um espaço de atuação dos povos oprimidos no mundo.

Como exceto no Haiti, os processos de independência na América Latina foram conduzidos por setores das classes dominantes não houve uma articulação entre os Estados e povos naquele momento. Foi apenas com a Revolução cubana, em 1959, que se espalharam os processos de solidariedade e de defesa do povo cubano, e depois no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, que várias ações se espalharam



pela América Central para tentar combater a intervenção externa na Nicarágua e El Salvador. Com estes processos criou-se uma rede latino-americana, que acabou atuando fortemente na luta pela redemocratização na região.

Nos anos 1990, com a queda do Muro de Berlim e com o avanço do neoliberalismo na região, criou-se o Foro de São Paulo, a Coordenação Latino-americana das Organizações do Campo (CLOC) e a Via Campesina, a Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), a Rede de Mulheres Latino-americanas Transformando a Economia (REMTE), e a Aliança Social Continental. Mas, no início dos anos 2000, a Campanha Continental Contra a ALCA e o Fórum Social Mundial foram as principais experiências de articulação e encontros dos movimentos populares, sindicatos, ONGS e partidos políticos de esquerda na região.

As primeiras edições do Fórum Social Mundial (FSM) ocorreram todas na cidade de Porto Alegre - RS (2001, 2002, 2003), depois foram realizadas em outros países do mundo, sendo que até os dias de hoje há organizações que promover o Fórum pelo mundo, principalmente com versões temáticas. As esquerdas brasileira e latino-americana tiveram um papel fundamental de condução do Fórum, principalmente em seus primeiros anos, e uma das várias contribuições que queremos destacar é o fato de que mesmo que o FSM tivesse instâncias diretivas e de coordenação, o espaço se propunha a realizar em cada edição anual uma Assembleia de **Movimentos Sociais**, com a proposta de envolver diretamente os atores organizados do FSM na condução política do mesmo, conformando um espaço de democracia e participação.

Atualmente, o campo popular latino-americano se organiza na **Articulação Continental dos Movimentos Sociais da ALBA** (*Aliança Bolivariana para os povos da Nuestramérica*). A *ALBA Movimientos* existe como tal desde 2009, quando trouxe a público uma Plataforma Política anti-imperialista, anti-neoliberal e anti-patriarcal em um ato político no Fórum Social Mundial de Belém (PA), com a presença de parte importante dos presidentes progressistas e de esquerda eleitos na América Latina até então¹⁴. Este ato simbolizou uma marca importante deste processo que é a ideia geral de que a um Projeto de Integração Regional e Popular, como a ALBA, ainda que tivesse sido proposta e inaugurada pelos governos cubano e venezuelano, não poderia prescindir das organizações dos povos da região, mesmo que, estas organizações não tenham logrado eleger governos de esquerda em seus países, ou senão, como no caso do Brasil, países que elegeram governos de esquerda porém estes optaram por não se somarem à construção específica da ALBA.

Desde então, a *ALBA Movimientos* realizou duas Assembleias Continentais (no Brasil em 2013, e na Colômbia em 2016), e criou uma mínima estrutura organizativa para impulsionar o cotidiano da ação da Articulação entre as organizações participantes, que basicamente são as que tem acordo com a Plataforma de Belém e que

14 - São eles: Hugo Chávez, da Venezuela; Evo Morales, da Bolívia; Rafael Correa, do Equador; Lula da Silva, do Brasil; Fernando Lugo, do Paraguai;

organizam os chamados “Capítulos Nacionais” da *ALBA Movimientos*.

Hoje a articulação está presente em 24 países das américas (incluindo EUA e Canadá) e tem cerca de 300 organizações participantes, entre movimentos populares do campo e da cidade, de luta por terra, por moradia, movimentos de mulheres, de jovens, de diversidade sexual, movimentos de cultura, de comunicação e, também, em menor medida, movimentos sindicais e movimentos políticos. A forma de organização e o cotidiano dos capítulos são bastante heterogêneas, no entanto, todos tentam se organizar com o objetivo fundamental de promover ações de caráter internacionalista, tais como: mobilizações de rua, de caráter de denúncia ou de solidariedade; brigadas e intercâmbios de solidariedade internacional; escolas de formação políticas; meios de comunicação populares; entre outras. No Capítulo Brasileiro participam 25 organizações, sobretudo movimentos populares e centrais sindicais¹⁵.

Em relação às bandeiras políticas, nos últimos anos, a principal bandeira de luta da *ALBA Movimientos* tem sido a **defesa da Revolução Bolivariana casada com a luta pela paz na Venezuela**, que tem sido cotidianamente atacada de forma brutal pelo imperialismo estadunidense e pelos governos e forças políticas de direita na América Latina e também em outras regiões do mundo. Neste sentido, as diversas organizações parte da Articulação Continental têm promovido espaços nacionais e locais junto à outras forças políticas, para unificar e ampliar esta luta pela soberania e autodeterminação do povo venezuelano, que elegeu livremente Nicolás Maduro como presidente para dar continuidade à Revolução Bolivariana iniciada por Hugo Chávez.

Além disso, o campo de movimentos populares latino-americanos tem se movimentado para conhecer e intercambiar experiências com atores políticos em outros continentes, principalmente do Sul Global, que têm identidade com o anti-imperialismo, o anti-neoliberalismo e o anti-patriarcado contido na Plataforma Política de Belém que, a nosso ver, permanece atual, em grande medida. Tem-se chamado essa experiência embrionária de **Assembleia Internacional dos Povos**. Além dessa experiência, há uma série de articulações e experiências regionais e internacionais que merecem ser fortalecidas e que podem integrar o Projeto Popular para o Brasil.

15 - As organizações do Capítulo Brasileiro da ALBA Movimientos são: todas as da Via Campesina Brasil (MST; MAB; MMC; MPA; MCP; MAM; CIMI; PJR; APIB; CONAQ; CPT); movimentos feministas (MMM; UBM); movimentos de jovens e estudantes (LEVANTE; UJS; UNE); movimento negro (CONEN); sindicatos, categorias e centrais (CUT; CTB; FUP - petroleiros; CNM - metalúrgicos; Sintaema); outros (Consulta Popular; CEBRAPAZ)

Propostas políticas:

- As diretrizes para a elaboração da **Política Externa e da Política de Defesa do Projeto Brasil Popular** devem perseguir a sinergia com o **projeto de desenvolvimento nacional**.
- Deve-se buscar a **construção e ampliação de ações de solidariedade entre os povos**, principalmente em territórios em situação de conflitos domésticos, catástrofes naturais e intervenções externas. Estas iniciativas devem **rechaçar a ingerência**, o desrespeito à autodeterminação, o imperialismo e o uso desnecessário da força, respeitando as linhas centrais da tradição diplomática brasileira.
- **Reverter** as medidas nocivas à soberania nacional: concessões injustas de campos de exploração de recursos (minas, petróleo) e a concessão da utilização da Base de Alcântara (MA).
- **Reestabelecer** a garantia de **fluxo de investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação**, garantindo ambiente de estabilidade para o desenvolvimento acadêmico e científico e a retomada de projetos científicos e estratégicos, inclusa a Base Industrial de Defesa (BID).
- **Retirar a Garantia da Lei e da Ordem** como função dos militares (artigo 142 da Constituição Federal de 1988). A atuação destes deve estar voltada exclusivamente para fora das fronteiras nacionais.
- É preciso criar mecanismos que **garantam o controle civil sobre as forças armadas**. Essa medida é essencial para excluir qualquer possibilidade de intervenção ou tutela política das forças armadas sobre os demais poderes do Estado e impedir ações de intervenções domésticas.
- É preciso **reformular a formação das forças armadas brasileiras**, pois este é o campo privilegiado para a produção/reprodução de doutrinas. A formação deve ser pautada pelos valores do Projeto Brasil Popular, com enfoque na garantia da autonomia do Estado face às forças externas, o apreço pela democracia, e não mais pensada a partir da lógica do ‘inimigo interno’.
- A **exploração dos recursos estratégicos**, como petróleo e minérios, deve ser feita por **empresas nacionais** que gerem fundos soberanos para investimentos em políticas públicas de saúde e educação, respeitando o meio ambiente e, principalmente, as comunidades impactadas pelos projetos.
- **Reestabelecer as parcerias estratégicas** nas relações Sul-Sul. O Estado brasileiro deve atuar em parceria com os Estados da América Latina, África e Ásia nos **fóruns e organismos internacionais**. Deve **lutar pela democratização e reforma** do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e OMC.

- A **participação social** em política externa também deve **fomentar a integração regional**, através da realização de **eleições diretas para o Parlamento do Mercosul**, e melhoria dos canais de participação social regional, abrindo espaços permanentes para os movimentos populares garantindo a construção de redes, reuniões especializadas e campanhas regionais.
- O **processo decisório** da política externa e de defesa devem ser **participativos**, abertos à comunidade acadêmica e à sociedade de forma geral. Uma maneira disso ocorrer é com a **criação do Conselho de Política Externa Nacional e Conselhos Estaduais e Municipais**, além da criação de secretarias, especialmente em áreas fronteiriças. A realização de conferências públicas e o incentivo de espaços debate, intercâmbios estudantis e atividades culturais. Deve-se **garantir consultas públicas** (referendos e plebiscitos) para os acordos e assuntos mais relevantes e impactantes nesta área.
- Deve-se buscar a **criação de redes entre os movimentos populares**, sindicais e de partidos políticos, visando aprofundar as políticas de cooperação e solidariedade entre os povos.
- O tema das **relações internacionais e defesa** devem ser objeto de discussão e compreensão nas escolas de **formação política**, assembleias, e na vida cotidiana das organizações, envolvendo a militância popular na construção dos processos de integração e solidariedade dos povos.

7 . NOSSAS BANDEIRAS DE LUTA ATUAIS

- 1 - Defesa da integração regional autônoma na América do Sul - Unasul/ Mercosul
- 2 - Defesa da retirada da Base Militar dos Estados Unidos no Brasil (Alcântara, Maranhão)
- 3 - Defesa pelo tratamento especial e diferenciado da OMC, recolocando o Brasil como “país em desenvolvimento”
- 4 - Luta pela paz no continente e na Venezuela
- 5 - Contra a entrada do Brasil na OCDE
- 6 - Rechaço à ingerências e intervenções imperialistas nos países
- 7 - Contra o emprego das Forças Armadas em ações de Garantia da Lei e da Ordem

COORDENAÇÃO:
ANA PENIDO,
MILTON RONDÓ
E TATIANA
BERRINGER

contato.grupoprojetobrasil@gmail.com